

FOLHA DE S. PAULO

LUÍS FRANCISCO CARVALHO FILHO

Poderes sem limite

Se medidas de combate à
corrupção são necessárias, o
Brasil precisa de providências
contra o abuso de poder

13 AGO 2016

LUÍS F. CARVALHO FILHO

Texto contra abuso de poder deveria ter o apoio de Moro

O movimento do juiz Sergio Moro contra projeto de lei que define crimes de abuso de autoridade tem viés reacionário. A lei atual é pífia. Editada em 1965, pune a prisão ilegal com pena de multa.

O MOVIMENTO do juiz Sérgio Moro, com apoio de magistrados e investigadores, contra projeto de lei que define crimes de abuso de autoridade tem viés reacionário e corporativo.

Se medidas de combate à corrupção, ao “caixa 2” e ao enriquecimento ilícito são necessárias, o Brasil precisa de providências contra o abuso de poder. A lei atual é pífia. Editada em 1965, nos primórdios da ditadura, pune a prisão ilegal com singela pena de multa.

O sistema normativo e judicial de proteção das liberdades constitucionais está enferrujado. Em 2015, dois PMs foram condenados, com base no Código Militar de 1969, a um mês e seis dias de detenção por forjar flagrante contra jovem manifestante das passeatas de 2013: mesmo sem oferecer resistência, foi algemado e conduzido pelas ruas até a delegacia, em situação vexatória, e ainda “plantaram” um rojão em sua mochila. Como tudo foi filmado, a farsa logo se revelaria. Mas a condenação irrisória (os policiais permaneceram na ativa) configura incentivo aos excessos.

O episódio mostra o desequilíbrio do sistema penal brasileiro. A pena de quem rouba uma correntinha de

ouro pode ser de cinco anos e quatro meses de prisão em regime fechado. O policial que surrupia indevidamente a liberdade da pessoa está simbolicamente submetido a juízo de “pequenas causas”.

Abordagens policiais arbitrárias e buscas indiscriminadas, sobretudo em bairros periféricos das cidades, embaraços ilegais e agressões ao trabalho da imprensa e à liberdade de expressão: as violações são cotidianas e a tolerância com a truculência, infinita.

Se o projeto de lei tem iniciativa suspeita (seu autor, o presidente do Senado, assim como diversos parlamentares, é alvo de investigações criminais), é inegável a necessidade de reforma legislativa capaz de instituir um regime pautado pela civilidade republicana.

O texto proposto pelo senador Renan Calheiros tem sérios defeitos. Aproveita a sistemática imprecisa da legislação atual. A apuração dos crimes depende de iniciativa da vítima –normalmente vulnerável e passível de intimidação. Estabelece delitos impróprios e mal definidos. Entre outros equívocos técnicos, prevê pena de um a quatro anos para quem constrange preso para obtenção de “favorecimento sexual”, criando uma modalidade de estupro, digamos, mais amena.

De fato, o texto cria embaraços indevidos para a atuação do Ministério Público, por exemplo, quando ameaça punir com pena de um a cinco anos quem der início à “persecução penal sem justa causa fundamentada”. Para corrigir abusos ou desvios e para conter acusações imotivadas existem o Judiciário e o habeas corpus. A proposta, despiada de lógica, é inconstitucional.

Mas os defeitos do projeto não poderiam ser corrigidos? O estabelecimento de normas e procedimentos não é essencial para a vida democrática? Não é o momento de tocar nesta ferida?

Seria auspicioso ver Sérgio Moro emprestar sua credibilidade para a revisão da ineficaz Lei 4.898/65 com o empenho com que defende medidas de combate à corrupção.

Imaginar que, em nome de suposta eficiência investigativa, policiais e autoridades podem estar isentos de responsabilidade é um pensamento que protege quem não merece proteção.

13 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Moro intima Cláudia Cruz a dizer onde se encontra

O juiz federal Sergio Moro intimou a mulher do deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB) a apresentar imediatamente seu novo endereço.

O juiz disse em despacho publicado nesta semana que há "dificuldades para intimação pessoal da acusada" e que o endereço informado anteriormente pela defesa à Justiça era o da presidência da Câmara, que não é mais ocupado por Cunha.

"Não há outro endereço disponível. A defesa contatada por telefone não prestou objetivamente informações sobre o endereço residencial", afirma.

No processo, consta que a Justiça entrou em contato com uma advogada da mulher de Cunha, que informou na ocasião que ela passaria alguns dias no Rio "e outros em Brasília", sem informar o local exato.

Fora da presidência da Casa desde 7 de julho, data em que renunciou ao cargo, Cunha teve que devolver as chaves da residência oficial da presidência da Câmara. Ele e Cláudia passaram a ocupar um apartamento funcional em Brasília.

Cláudia Cruz é acusada de evasão de divisas e de ter lavado US\$ 1 milhão em crimes praticados pelo marido, proveniente do esquema de corrupção na Petrobras. A ação penal tramita desde junho.

Moro diz que "é dever da defesa manter o juízo informado sobre qualquer mudança de endereço de seu cliente" e que a intenção de Cláudia e seu defensor é de ganhar tempo para se manifestar sobre uma audiência marcada.

"A Justiça não conseguiu encontrar o endereço e pediu para apresentá-lo. Isso é totalmente corriqueiro", afirmou à **Folha** Pierpaolo Bottini, advogado da acusada.

Bottini diz que o fato não atrasa ou prejudica o andamento do processo, como afirmado no despacho do juiz. "A audiência ia acontecer de qualquer maneira. Não havia perigo algum de não comparecer".

No próximo dia 26, serão ouvidas três testemunhas de acusação, incluindo o delator Eduardo Musa.

Mulher e filho de Lula ficarão calados em depoimento

DE SÃO PAULO. A defesa de Marisa Leticia e Fábio Luis Lula da Silva, mulher e filho do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, informou, nesta sexta (12), que eles ficarão em silêncio em depoimento à Polícia Federal.

Marisa e Fábio Luis foram intimados a prestar esclarecimentos sobre um sítio que a família frequenta em Atibaia (SP).

A investigação da Lava Jato suspeita que Lula seja o verdadeiro dono do imóvel, que recebeu reformas bancadas pelas empreiteiras Odebrecht e OAS. O ex-presidente diz que não é proprietário do sítio.

Segundo a defesa, os parentes de Lula "nada têm a acrescentar" em relação ao que já foi informado pelo petista à PF. A lei permite que eles se recusem a depor.

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Fora, censura!

13 AGO 2016

SÃO PAULO- Se os organizadores da Olimpíada no Rio fizessem questão de evitar que manifestações políticas inscritas em faixas fossem televisionadas para todo o mundo, teriam podido proibir a entrada de cartazes nos locais de competição. Não haveria dificuldade em fazê-lo, argumentando, por exemplo, que esses objetos atrapalham a visão de outros espectadores. Mas, uma vez que faixas estão permitidas, não há meio legal de restringir seu conteúdo. Não dá para sustentar que a inscrição "Vai, Rafaela!" é legal, mas a "Fora, Temer!" não o é.

A Constituição, nos artigos 5º e 220, consagra a liberdade de expressão, vetando toda e qualquer censura de natureza política. Se parlamentares mal assessorados aprovaram uma lei dizendo algo diverso disso, tal norma é manifestamente inconstitucional e deve, portanto, ser rechaçada, como muito corretamente o fez a Justiça Federal. Só lembro, para os mais esquecidos, que as regras que estabeleceram um regime de exceção às liberdades democráticas tanto para a Copa como para a Olimpíada foram negociadas por governos do PT.

Isso dito, lanço um lamento. O Brasil e o mundo vivem tempos tristes no que diz respeito à liberdade de expressão. Que ela seja atacada por forças conservadoras não é exatamente uma novidade. O problema é que, de alguns anos para cá, a esquerda, que ao menos desde Marx vinha sendo uma voz a defender de forma consistente esse princípio, trocou de lado e passou a apoiar uma série de restrições ao "free speech". Fazem-no para supostamente preservar minorias, como negros e homossexuais, de palavras ofensivas.

É um erro grotesco rifar o princípio jurídico que mais contribuiu para o avanço da ciência e das liberdades individuais por uma sensação de conforto para alguns membros de minorias. No mais, se conseguíssemos limitar todos os conflitos interpessoais à troca de ofensas e palavras, seria o triunfo da civilização.

13 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Leticia Sabatella

Parabéns a Leticia Sabatella pelo texto “Domingo em Curitiba” (Tendências / Debates, 12/8). Apesar do meu posicionamento político ser diferente do dela, achei importantíssimo o seu alerta sobre o respeito à diversidade. O pensar e o agir diferentes só trazem riquezas, abrem a mente a novas possibilidades e engrandecem nossa caminhada na Terra. É fundamental ouvir opiniões diversas. Valeu, Leticia!

OTÁVIO V. DE FREITAS (São Paulo, SP)

A violência sofrida por Leticia Sabatella revela que a agressividade e o ódio escaparam das casas e invadiram o espaço público, ameaçando a sobrevivência da nossa ainda tão frágil democracia. Tempos sombrios!

HELOÍSA FERNANDES, socióloga (São Paulo, SP)

Gostaria de saber de Leticia Sabatella o que ela espera das pessoas que não pensam como ela. O que se espera de uma pessoa que pede reflexão dos “outros” e, ao mesmo tempo, escreve que queria apenas passar na manifestação contra o “golpe”? Ou só a sua verdade interessa?

MÁRIO B. CASTANHEIRA DE SOUZA (Brasília, DF)

13 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Diversidade em alta

STF absolve Russomanno, liberando-o para disputar a prefeitura paulistana; campanha promete variedade de propostas e posições

Foi bastante controversa a sessão da segunda turma do Supremo Tribunal Federal, na qual se decidiu absolver o deputado federal Celso Russomanno (PRB-SP) da acusação de ter utilizado dinheiro público para remunerar uma funcionária de sua produtora de vídeo.

Por 3 votos a 2, considerou-se que o crime, que seria de peculato, não se caracterizou: a funcionária não teria feito mais do que acumular duas tarefas, a de assessora parlamentar e a de funcionária na empresa particular do deputado.

Do ponto de vista ético, as ambiguidades do caso talvez não tenham sido resolvidas, mas dificilmente chegarão a abalar o favoritismo de que Russomanno ora desfruta, segundo pesquisa Datafolha.

Com 25% das preferências para a Prefeitura de São Paulo, o deputado do PRB agora vê sua candidatura livre dos entraves estabelecidos pela Lei da Ficha Limpa.

Tem nove pontos de vantagem contra Marta Suplicy (PMDB) e está bem à frente de Luiza Erundina (PSOL, 10%), Fernando Haddad (PT, 8%) e João Doria Jr (PSDB, 6%).

A mera menção dos principais concorrentes dá ideia do largo espectro de opções políticas e ideológicas na disputa. Não se repete na eleição municipal o quadro de

relativo vazio e perplexidade que marca as especulações sobre possíveis candidatos ao Planalto.

É como se à crise de credibilidade verificada no plano federal correspondesse, em São Paulo, uma fragmentação maior das candidaturas viáveis, com nomes que vão desde o campo da esquerda que se manteve poupado da desmoralização petista até figuras identificadas com o ideário conservador.

Por outro recorte, Russomanno, ligado a correntes evangélicas, obtém apoio nas faixas de menor renda e escolaridade, enquanto João Doria Jr. e Marta Suplicy, com diferentes origens ideológicas, disputam nas classes média e alta o espírito antipetista que mobilizou expressiva parcela dos paulistanos.

A diversidade das candidaturas, às quais se acrescenta a do prefeito Fernando Haddad, é um fator positivo. Se a experiência demonstra que mesmo identidades claramente marcadas tendem a dissolver-se rumo ao centro durante a campanha, há motivos para esperar algo distinto neste ano.

Sem marqueteiros de peso, é de imaginar que as diferenças entre os candidatos se mantenham, traduzindo-se em propostas concretas, num debate menos artificial do que tem sido o costume.

Autorizado a disputar a Prefeitura de São Paulo, Celso Russomanno — como os demais postulantes — terá flancos e fragilidades a serem examinados nos próximos meses; a campanha promete ser mais emocionante do que de hábito.

14 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Erro médico provoca sequelas e processos

Ações de pacientes que chegam ao STJ subiram 82% no intervalo de cinco anos; em São Paulo, há quase quatro por dia

Houve alta de queixas também no conselho regional de medicina; especialistas citam exposição do assunto

PAULO GOMES

DE SÃO PAULO

O que a aposentada Marina Souza, 86, buscava era uma cirurgia plástica corriqueira para a retirada do excesso de pele nas pálpebras. Mas ela acabou indo para casa com sequelas irreparáveis nas mucosas do nariz e nos lábios —hoje tem que respirar apenas de boca aberta.

“Era para eu sair [do hospital] no mesmo dia e tive que ficar mais de uma semana [internada]”, conta Marina, que teve seu rosto queimado por um aparelho na operação.

A aposentada foi vítima de um problema que desperta cada vez mais queixas na Justiça e no setor de saúde.

Nos últimos anos, houve crescimento de processos e reclamações por erros médicos identificado pela **Folha** em pelo menos três esferas diferentes —no Tribunal de Justiça de São Paulo, no Superior Tribunal de Justiça e no Conselho Regional de Medicina.

Os casos que vão ao STJ após recurso em instância inferior subiram 82% de 2010 a 2015, ano com 474 ações. Em 2016, já são 351 até julho.

No TJ paulista, os processos por erros médicos subiram 19% no ano passado em relação a 2014 —e já beiram quatro por dia. No Cremesp, que

analisa eventuais sanções aos médicos, a alta foi de 22%.

No caso da aposentada Marina, a Justiça determinou uma indenização de R\$ 20 mil.

Os erros médicos são atribuídos por especialistas a uma série de fatores —que vão da formação deficiente em faculdades à falta de fiscalização em procedimentos feitos por clínicas e hospitais.

Especialistas atribuem esse aumento de reclamações e processos à maior exposição do assunto, que incentiva vítimas a buscarem reparações.

GRAVIDEZ E MORTE

Uma ação que chegou ao STJ, em Brasília, foi resultado da morte de Aparecida Kuriyama, em 1998, aos 34 anos, após hemorragia interna.

Ela teve gravidez ectópica —quando um óvulo fecundado se implanta fora do útero, sem chances de sobrevivência. Correndo risco de vida, teve que fazer tratamento com medicamento usado para quimioterapia. A dose aplicada, no entanto, foi excessiva. Aparecida deixou seu marido e um filho, Diogo Kuriyama, com 6 anos na época.

Depois do reconhecimento do erro médico, houve acordo inicial com a maternidade para que fosse paga uma indenização de R\$ 20 mil ao pai e igual valor ao garoto, que só receberia a quantia ao completar 18 anos.

O processo foi reaberto após a Promotoria considerar o valor insuficiente. Em fase final no STJ, Diogo reivindica agora mais de 50 vezes a indenização original.

“Amor de mãe dinheiro nenhum paga”, afirma ele, que completa 24 anos neste domingo (14) e trabalha como cabeleireiro em São Paulo.

“Se ela estivesse viva, eu estaria me formando na faculdade. Queria estudar medicina. Não tive minha mãe para me criar”, diz.

Para minimizar os erros que deixam sequelas em pacientes, profissionais da área defendem medidas básicas de higiene, avaliação de estudantes de medicina e certificações e protocolos comparados aos de pilotos de avião.

Segundo Aline Yuri Chibana, presidente da Fundação para Segurança do Paciente, erros médicos costumam ser resultado de várias falhas. Ela cita um simples lavar de mãos, não só da equipe médica, mas mesmo de visitantes, ou a identificação de pacientes para evitar, por exemplo, a troca de medicamentos. “São medidas extremamente simples, mas de grande impacto”, diz Chibana.

14 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Deputados atrasam investigações no STF

Na mira da Lava Jato, parlamentares são suspeitos de terem recebido propina do esquema de desvios da Petrobras

Oficial de Justiça afirma que não consegue achar Aníbal Gomes (PMDB), enquanto Dudu da Fonte (PP) falta a exame de voz

RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA

Dois deputados investigados pela Operação Lava Jato sob suspeita de receber propina do esquema de desvios da Petrobras despertaram reação das autoridades por atrasar as investigações que tramitam no STF (Supremo Tribunal Federal).

Em um inquérito, o oficial de Justiça informou que não consegue localizar o deputado federal Aníbal Gomes (PMDB-CE) para intimação.

Em outro, os peritos da Polícia Federal informaram que o parlamentar Dudu da Fonte (PP-PE) não compareceu a uma exame de voz.

No inquérito em que Aníbal já foi denunciado pela PGR (Procuradoria Geral da República) por suposto recebimento de R\$ 3 milhões em propina, um oficial do STF informou ao ministro relator, Teori Zavascki, a “impossibilidade de localização do denunciado nesta Capital”, Brasília, e por isso devolveu o mandado de citação sem cumprimento.

Expedido por Zavascki, o documento determinava que Aníbal apresentasse, num prazo de 15 dias, resposta prévia à denúncia da PGR.

O oficial explicou que a seção de Recursos Humanos da Câmara dos Deputados informou que o deputado estava

afastado do exercício do cargo “para tratamento de saúde desde o mês de fevereiro”, só devendo retornar ao mandato em setembro.

Dias depois, os advogados de Aníbal Gomes informaram que o deputado estava em Fortaleza (CE) “por força das convenções partidárias” e “com o propósito de dar apoio às bases eleitorais”, com previsão de volta “entre os dias 10 e 12 de agosto”.

Zavascki determinou então “o cumprimento do mandado de notificação a partir da data indicada pelo investigado” de retorno a Brasília. Entre quarta (10) e sexta (12), contudo, Aníbal permaneceu no Ceará e não havia sido intimado até a conclusão da reportagem. Seu advogado, Gustavo Souto, afirmou à **Folha** que ele volta na terça (16) e que já combinou com o oficial de Justiça do STF a notificação três dias depois.

“Não existe nenhuma tentativa de não ser citado”, afirmou Souto.

Em outro inquérito, o INC (Instituto Nacional de Criminalística), vinculado à direção geral da PF, informou a Zavascki que, em junho, o deputado Dudu da Fonte “não compareceu neste instituto para realizar o procedimento de coleta de padrão de voz”.

Os peritos explicaram que, a princípio, a coleta fora agendada para o dia 1º de junho no INC, a partir de uma requisição da Polícia Federal.

Um dia antes, porém, “o procurador do deputado”, não citado nominalmente,

solicitou a alteração da coleta para o dia 21 de junho. Na data prevista, porém, Dudu da Fonte não apareceu.

A coleta, segundo os investigadores, é necessária para ajudar a confirmar a autenticidade de um vídeo entregue aos investigadores da Lava Jato pelo empresário Marcos Duarte Costa, amigo do delator Fernando Baiano, que registrou uma reunião ocorrida no Rio de Janeiro em 2009 entre Dudu, o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), morto em 2014, e executivos da empreiteira Queiroz Galvão.

Na reunião, segundo investigadores e delatores da Lava Jato, foi acertada uma propina de R\$ 10 milhões para que o líder do PSDB ajudasse a enterrar a CPI da Petrobras.

Dudu da Fonte também já foi denunciado pela PGR por suposto envolvimento no pedido e recebimento da propina. A **Folha** não conseguiu localizar os advogados dele para se manifestar sobre a ausência do parlamentar na data prevista para a coleta da voz. Foi deixado recado na casa do advogado, mas não houve retorno até a conclusão desta edição.

Os casos dos deputados guardam semelhanças com o da mulher do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Insatisfeito com as dificuldades para intimar Cláudia Cruz no processo que tramita no Paraná, o juiz federal Sergio Moro determinou nesta sexta-feira (12) que ela apresente imediatamente o endereço em que possa ser encontrada.

14 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

GASPARi

MORO NOS AUTOS

Depois de ter defendido o uso de prova ilícitas contra cidadãos acusados de crimes desde que a polícia ou o Ministério Público estejam agindo de "boa-fé", o juiz Sergio Moro deveria evitar palestras. Sua força e sua função estão no que diz nos autos.

Afinal, quem define ~~boa-fé~~? Ele? Eduardo Cunha?

Em pelo menos uma ocasião, Moro tratou um advogado como se estivesse investido de mandato divino transmitido por Luís 14.

14 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

O QUE ELA DISSE

CÁRMEN LÚCIA

*Eu fui estudante e eu sou
amante da língua
portuguesa. Acho que o
cargo é de presidente, né?
Nova presidente do STF
(Supremo Tribunal Federal),
dispensando o tratamento de
'presidenta', que se tornou
uma marca de Dilma Rousseff*

PAINEL DO LEITOR

STF

Quando alguém que estudou se diverte ironizando o que considera ignorância, é sinal de que a educação falhou miseravelmente. E se esse tipo de ironia ocorre no STF, vemos que estamos demasiado distantes da civilização. Nesse ambiente inóspito, falar em direitos humanos é surreal ("Cármem Lúcia diz preferir ser chamada de 'presidente'", "Poder", 11/8).

JULIO CÉSAR C. A. DE OLIVEIRA (Florianópolis, SC)

FOLHA DE S. PAULO

JANIO DE FREITAS

Olhar nas incertezas

Se no impeachment as cartas estão marcadas, o TSE é fonte de incerteza para Temer e seus aliados

14 AGO 2016

SE NO impeachment as cartas estão marcadas, muitas delas compradas para pagamento futuro, o Tribunal Superior Eleitoral é uma fonte de incertezas para Michel Temer e seus aliados. Informações dadas por empreiteiros, apenas para possível acordo de delação, mudam, por si sós, a configuração do processo sobre irregularidades na campanha de Dilma/Temer. E, por consequência, influem no risco de cassação dos dois mandatos ou daquele que permaneça.

A esperável entrega ao TSE de documentação da Lava Jato, pedida pela ministra-relatora Maria Thereza de Assis Moura, é inconveniente para Michel Temer e sua expectativa de separação, em processos distintos, de PT e PMDB. Desmembramento que estava visto como quase certo desde que Gilmar Mendes assumiu a presidência do tribunal. Além das razões bem conhecidas para tal previsão, ele as confirmara com a atitude incomum de não transferir, ao se tornar presidente, o processo que conduzia sobre, ou contra, o PT.

Os depoimentos de Sérgio Machado e as recentes pré-delações acentuaram a integração de PT e PMDB na campanha, citando Michel Temer. Com isso, a ministra Maria Thereza requereu a inclusão do PMDB e também do PP no processo, ao lado do PT com que fizeram aliança eleitoral e financeira.

Não se sabe o quanto a Lava Jato poderá comprovar que as doações à campanha saíram de dinheiro da corrupção, nem se as deduções da Lava Jato serão acompanhadas pela maioria do TSE. O que é um motivo a mais de incerteza. Ao

qual ainda se acrescenta a próxima substituição da respeitável relatora, por expiração do mandato.

Embora as decisões do TSE, nesse caso, não estejam próximas, o processo merece, no mínimo, compartilhar as atenções dedicadas à Lava Jato e, por ora, ao impeachment no Senado. O que se passa lá não é menos do importante.

O SUB

A morte do soldado Hélio Vieira Andrade, da Força Nacional de Segurança, serviu a Michel Temer para o ato demagógico de decretar um luto nacional ligeiro. Não, porém, para seu governo romper a incúria que está na raiz do crime fatal. Muitos policiais têm morrido ao enfrentar bandos do crime, muita gente comum tem morrido pelos tiros a esmo nos enfrentamentos. Nem por isso o gesto do luto foi lembrado por Temer antes da obsessão de popularizar-se, informado de que um em cada três brasileiros sequer sabe de sua existência.

Há algum tempo, o primeiro carro recebido a tiros por entrar enganado em área de bandidos, no Complexo da Maré (também conhecida pelo sugestivo nome oficial de Vila do João, o Figueiredo), era de recém-chegados ao Rio. Não foi o da polícia com o soldado Hélio. Seguiram-se vários. Apenas 48 horas depois do ataque ao desprevenido carro policial, a meio da semana, mais um de uso familiar foi alvejado ao entrar por engano na mesma rua.

Em comum aos três incidentes, a informação errada sobre uma via para sair da autoestrada: orientação dada por mapa e rota de GPS. Um

serviço fantástico pela utilidade e pelo avanço tecnológico, mas necessitado de aperfeiçoamentos. Os quais deveriam ser cobrados de imediato já no primeiro incidente, dada a obviedade de que a consulta e a orientação com erro se repetiriam. Como os mapas de GPS vão se estendendo pelo país, a exigência de verificação em todos os sistemas indicadores de rotas cabe ao Denatran, responsável pelas medidas gerais de segurança no trânsito. Cabe, mas em vão.

Essa incúria de aparência miúda, das seringas que acabam em um hospital, da falta de passaportes, da merenda escolar insalubre, coisas dessa ordinarice rasteira, que infernizam e extinguem vidas, fazem a cara de um subdesenvolvimento infinito. A redução da pobreza e o crescimento econômico, quando existiram, não foram capazes de reduzir no Brasil esse subdesenvolvimento funcional e moral, capaz até mesmo de levar à morte por entrar enganado em uma rua.

Ministro da Justiça dado ao bombástico sem fundos, Alexandre de Moraes elevou o soldado morto ao título de herói. Não consta que tivesse o gesto mínimo de pedir, no seu ministério, a providência corretiva do roteiro errado que levou seu herói à morte.

14 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Regalias na caserna

Durou pouco o propósito manifestado pelo governo Michel Temer (PMDB) de levar adiante uma reforma previdenciária que uniformizasse direitos e obrigações dos brasileiros. Antes mesmo de o projeto chegar ao papel, os militares ficaram de fora da empreitada.

O ministro Raul Jungmann, da Defesa, advogou em favor das regras que favorecem as aposentadorias precoces da corporação, justificadas, em seu entender, pelas peculiaridades da carreira.

Alegam as Forças Armadas que seus membros estão à disposição permanente do Estado e sujeitos, na vida ativa, a deslocamentos por todo o território nacional; que não podem sindicalizar-se ou promover greves; que não dispõem de Fundo de Garantia ou remuneração por hora extra.

O mesmo arrazoado — e a propensão dos políticos a evitar atritos com a caserna — tem poupado os militares dos ajustes previdenciários promovidos nos últimos anos, que atingiram, em graus diferentes, servidores públicos civis e trabalhadores da iniciativa privada.

As últimas restrições aplicadas às regalias de Exército, Marinha e Aeronáutica datam de 2001. Suprimiu-se então, para os novos ingressantes na carreira, a pensão vitalícia para as filhas solteiras.

É verdade que normas especiais para aposentadoria nas Forças Armadas são usuais no mundo — e um argumento mais razoável que as lamúrias corporativas é a necessidade de renovação das tropas.

Isso não impede, porém, que tais condições sejam revistas à luz da evolução da expectativa de vida e das imposições orçamentárias. Reino Unido e Portugal, por exemplo, elevaram as exigências de idade para a concessão dos benefícios.

No Brasil, um militar pode tornar-se reservista após 30 anos de serviço, com proventos integrais. Uma série de situações específicas permite que se atinja a inatividade remunerada ainda mais cedo.

As cifras descrevem com mais eloquência o privilégio. Os cerca de 300 mil inativos e pensionistas custaram R\$ 35 bilhões à Defesa no ano passado, ao passo que a receita com contribuições não passou de R\$ 2,5 bilhões. Como exercício comparativo, o Bolsa Família destinou R\$ 26,9 bilhões a quase 14 milhões de beneficiários.

Será descabido, portanto, o governo deixar intocada a previdência militar e perenizar a tese de que ela deve diferenciar-se das demais. No mínimo, deveriam ser apressadas as medidas administrativas que o Planalto diz estudar para reduzir o rombo gigantesco.

14 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Justiça barra repasse de recursos para a Rio-16

Decisão cobra justificativa para uso de verba pública

A Justiça Federal do Rio determinou na noite de sexta-feira (12) que os governos federal e municipal se abstenham de repassar qualquer recurso público para o comitê organizador da Olimpíada.

A transferência só poderá ocorrer após a Rio-16 dar transparência a receitas e despesas, bem como justificativa para a necessidade de apoio dos cofres públicos para a realização do evento.

A decisão, que atendeu pedido de liminar feito pelo Ministério Público Federal, não deixa claro se a determinação inclui repasse via patrocínio, modelo previsto para o uso de recursos federais.

O comitê vem enfrentando dificuldades financeiras que exigiram cortes em serviços como energia, alimentação e pessoal. A ausência dos recursos emergenciais pode dificultar ainda mais o fluxo de caixa da entidade, exigindo novo enxugamento.

O ministro Eliseu Padilha (Casa Civil) afirmou no dia 4 que União e Prefeitura do Rio repassariam R\$ 270 milhões ao comitê organizador para a realização das cerimônias da Olimpíada e Paraolimpíada. Ele não deu detalhes sobre de que forma o apoio seria feito.

O processo da Justiça revela dados que, até então, eram omitidos tanto pelas autoridades e comitê organizador.

De acordo com documentos a que a **Folha** teve acesso, a Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos) assinou no mesmo dia 4 contrato de patrocínio com a Rio-16.

Ela se comprometeu a repassar R\$ 30 milhões à entidade, dos quais R\$ 20 milhões nesta segunda (15).

Apesar de ser considerado um apoiador nível 2 dos Jogos, a Apex não tinha o nome exposto no site da Rio-16 entre as empresas do tipo. A agência, vinculada às Relações Exteriores, também não exibia em seu site nenhum símbolo dos Jogos a que tinha direito.

O modelo de patrocínio foi usado para que o comitê permanecesse fora da alçada de fiscalização do TCU (Tribunal de Contas da União). A Justiça não se pronunciou sobre o repasse por essa via.

“A liminar foi publicada ontem [sexta, 12]. Não é possível dizer ainda o que vamos fazer”, disse o diretor-executivo de Comunicação do comitê, Mario Andrada. A **Folha** não conseguiu localizar a assessoria da Apex.

A liminar preocupou o governo interino de Michel Temer, que avalia se ela impede o repasse de recursos via patrocínio. A expectativa é que o governo federal repassaria R\$ 100 milhões.

O governo também tenta viabilizar recursos da Embatur, dos Correios (já patrocinador), da Caixa e das pastas da Cultura e do Turismo.

JOGOS PARAOLÍMPICOS

Os papéis revelam ainda que uma nova justificativa para o apoio surgiu.

A Prefeitura do Rio agora afirma que está em negociação um convênio para “viabilizar, única e exclusivamente, determinadas atividades

necessárias à realização dos Jogos Paraolímpicos”.

A justificativa é que o evento, em setembro, não consegue ter financiamento próprio via venda de ingressos e patrocínios, entre outras receitas privadas. (ITALO NOGUEIRA)

Colaboraram GUSTAVO URIBE, de Brasília, e CAMILA MATTOSO, enviada especial ao Rio

15 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Prédio da boate Kiss deve ser devolvido a proprietário

Justiça também determinou que bens das vítimas que estão no local poderão ser recolhidos por associação

DE BELO HORIZONTE

A Justiça determinou que o prédio onde funcionava a boate Kiss, palco da tragédia que matou 242 pessoas em Santa Maria (RS), em janeiro de 2013, seja devolvido à proprietária, a empresa Eccon Empreendimentos, três anos e meio após o incêndio.

O pedido foi feito pela Eccon e teve aval favorável do Ministério Público do Estado.

“Determino a imediata liberação do prédio onde funcionava a boate Kiss, que ficará a cargo e responsabilidade de sua proprietária”, determinou o juiz Ulysses Fonseca Louzada, da 1ª Vara Criminal, na decisão.

O magistrado também ordenou que os pertences das pessoas que estava na boate no dia da tragédia e que ainda estão dentro do local sejam levados à delegacia, onde poderão ser retirados pela Associação de Vítimas.

O despacho é da última quarta-feira (10) e também estipula um prazo de cinco dias para que a Brigada Militar (a Polícia Militar gaúcha) faça a segurança do espaço.

Louzada rejeitou um recurso de três réus do caso, o empresário Mauro Londero Hoffmann e os músicos Marcelo Santos e Bonilha Leão, por terem sido levados a júri popular —por homicídio duplamente qualificado.

Eles questionavam supostas omissões na decisão judicial. “Não vislumbro contradição, omissão ou obscuridade capazes de alterar a decisão”, afirma o juiz.

Além dos três, o empresário Elissandro Spohr será julgado pelo tribunal do júri. A decisão foi tomada em julho.

Para o magistrado, há presença de materialidade e indícios suficientes de que os acusados teriam praticado o fato, como denunciado pela Promotoria em abril de 2013.

“As versões defensivas, embora possam existir, não restaram demonstradas de forma cabal, uníssona, numa única direção para que possam subtrair o julgamento pelo Conselho de Sentença”, afirmou Louzada.

A reportagem não conseguiu localizar os advogados dos réus neste domingo (14), mas a defesa deles tem dito que a decisão de levá-los a júri popular é “equivocada”.

INCÊNDIO

O fogo na boate Kiss começou por volta das 3h do dia 27 de janeiro de 2013, quando um integrante da banda Gu-rizada Fandanguera, que fazia um show no local, acendeu um artefato pirotécnico.

Faíscas atingiram a espuma do revestimento acústico, que começou a queimar. Uma espessa fumaça preta tomou conta da casa noturna em poucos minutos, intoxicando os frequentadores.

15 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Justiça manda presa com dois filhos cumprir pena em casa

**Sem a mãe, crianças
estavam em abrigo**

Uma mulher condenada por tráfico de drogas a dois anos e 11 meses de prisão em regime fechado foi autorizada a cumprir pena domiciliar em Ribeirão Preto (a 313 km de São Paulo) para poder cuidar dos dois filhos menores.

O juiz Luís Augusto Freire Teotônio argumentou que a transferência é necessária para garantir o “bem-estar” das duas crianças. Sem outros familiares, elas haviam sido encaminhadas para o Serviço Institucional de Ribeirão.

Para poder ficar com os filhos, ela tinha pedido a diminuição do regime de prisão.

O fato de a mãe ser participativa nas atividades escolares e de não existir registro de negligência pesou na decisão.

“Resta provada a necessidade da presença afetuosa da mãe para o desenvolvimento dos filhos, sendo imprescindível resguardar o convívio entre eles”, disse o juiz. Para o magistrado, a pena da mãe não pode condenar os filhos a traumas sociais, “por um erro que não lhes pertence”.

A mulher terá de comparecer em juízo com as carteiras de vacinação dos filhos e comprovante de matrículas.

As mulheres são 6,4% da população carcerária no Brasil (total de 607 mil detentos), segundo dados do governo.

15 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Universal mantinha esquema ilegal no exterior, diz ex-bispo

Segundo religioso, igreja teve uma rota de remessas da África para a Europa durante ao menos sete anos

Alfredo Paulo, 49, diz que dinheiro era levado a Portugal em carros e jatos, mas afirma não ter provas documentais

MARINA DIAS
ENVIADA ESPECIAL AO RIO

Um ex-bispo da Igreja Universal do Reino de Deus acusa a igreja de ter mantido um esquema ilegal para operar milhões de dólares no exterior por pelo menos sete anos.

O dinheiro, segundo a versão dele, teria sido utilizado para financiar a instituição e sua emissora de TV, a Rede Record, na Europa.

Alfredo Paulo Filho, 49, afirma ter sido responsável pela Universal em Portugal entre 2002 e 2009 e um dos principais auxiliares do bispo Edir Macedo, fundador da igreja, por mais de dez anos.

Antes disso, diz que coordenou trabalhos da igreja em Estados como São Paulo, Rio, Minas e Rio Grande do Sul.

Segundo o ex-bispo, a cúpula da Universal criou uma

rota para fazer remessas ilegais de dinheiro, ao menos duas vezes por ano, da África para a Europa.

Os dólares, diz, vinham de uma campanha da Igreja em Angola, a Fogueira Santa, e cerca de US\$ 5 milhões eram despachados por viagem.

O ex-bispo relata ter participado do esquema e afirma que os milhões de dólares chegavam à Europa em um jato particular, depois de terem sido levados, de carro, de Angola até a África do Sul.

Já em Portugal, diz, os dólares eram trocados por euros e depositados em uma conta no banco BCP como dígitos da igreja. A partir daí, afirma, eram transferidos para outros países europeus.

“A igreja em Portugal sustentava outras igrejas na Europa”, diz Paulo Filho, sobre o motivo da operação.

O dinheiro proveniente de Angola, diz, ficava em sua casa em Portugal até ser depositado na conta da igreja.

“Eu que ia pegar o dinheiro. Sabia que era ilegal”, diz o ex-bispo, que garante que Macedo tinha ciência de tudo.

Há pouco mais de um mês, Paulo Filho passou a postar vídeos na internet com as acusações e o caso foi divulgado pela mídia angolana.

O ex-bispo recebeu a **Folha** em sua casa no Rio. Mostrou fotos com Macedo e papéis a respeito de sua relação com a Universal, mas diz não ter provas do que relata.

“Minha prova sou eu. Participei e vi”, diz. “O bispo Edir Macedo já falou em reunião de pastores que, para a obra de Deus, vale até gol de mão.”

O advogado e professor da FGV-SP Edison Fernandes disse à **Folha** que, em tese, haveria crime de evasão de divisas e lavagem de dinheiro no caso.

“Evasão de divisas é enviar ou manter no exterior recursos não declarados. Lavagem é usar em operações lícitas dinheiro ilícito”. Nesse caso, diz, “o dinheiro era ilícito porque não estava declarado”.

Paulo Filho deixou em 2013 a igreja, conta, após trair a mulher com prostitutas. A informação, diz, chegou à cúpula da igreja, que o rebaixou a funções administrativas.

CONTINUA

15 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

>OUTROLADO<

Igreja chama ex-integrante de 'mentiroso'

Procurada pela **Folha**, a Igreja Universal do Reino de Deus afirmou, por meio da assessoria, que “prepara um processo judicial contra o ex-bispo” Alfredo Paulo Filho por calúnia e difamação.

“Portanto, não se pronunciará sobre o assunto fora dos tribunais”, afirmou.

“Confiamos que a Justiça brasileira, mais uma vez, revelará onde está a verdade nesta mais nova tentativa de manchar a imagem da Universal, punindo exemplarmente o mentiroso”, ressaltou. A Rede Record não quis se manifestar.

Fundada em 1977 no Rio de Janeiro por Edir Macedo, a Universal hoje está presente em mais de cem países.

A igreja ganhou corpo com megaeventos e investimentos na mídia e iniciou sua internacionalização ainda nos anos 1980.

Hoje conta com cerca de 7.000 endereços no Brasil.

“A igreja em Angola era mais forte que em Portugal, arrecadava mais. Sustentava outras igrejas

ALFREDO PAULO FILHO
Ex-bispo da Universal

CONTINUA

15 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Denunciante diz que dinheiro da África supria Europa

O bispo Alfredo Paulo, 49, diz que entrou na Universal aos 16 anos. Na entrevista, ele fala sobre os repasses que afirma ter presenciado.



Folha - Como funcionava o esquema da Universal?

Alfredo Paulo - Vinham dólares da África que eram trocados por euros diretamente com doleiros em Portugal e aí entravam, na conta da igreja, como se fossem dígitos da igreja em Portugal.

E de onde vinha o dinheiro?

Da Fogueira Santa de Israel [campanha de arrecadação da Universal] em Angola, que dava US\$ 13 milhões por ano [valores de 2008]. Desse, US\$ 5 milhões ou US\$ 6 milhões iam para a África do Sul de carro e depois Europa.

Quem fazia o transporte desse dinheiro para a África do Sul?

Pastores que escondiam o dinheiro no carro, no pneu, no estepe, nas portas.

E depois que o dinheiro chegava a África do Sul, como ia parar na Europa?

De jatinho do bispo Edir Macedo.

Como o senhor sabe que era o jatinho do Edir Macedo?

Porque ele chegava em Portugal e eu ia pegá-lo no aeroporto. Eu que ia pegar o dinheiro, ficava lá em casa.

Não passava pela sua cabeça que era ilegal?

Sabia que era ilegal porque era escondido. Mas, na concepção da igreja, aquilo vale porque estamos fazendo para desenvolver a obra de Deus. O bispo Macedo já falou várias

vezes em reunião de pastores que, para a obra de Deus, vale até gol de mão.

Por que Portugal?

Era mais fácil. Por a igreja ser forte em Portugal e, quando o dinheiro estava na conta da igreja, podia sair com mais facilidade para outros países.

Qual era a vantagem de levar esse dinheiro da África para a Europa?

O governo de Angola não permitia tirar dinheiro de lá e a igreja em Angola era mais forte que em Portugal, arrecada mais, sustentava outras.

Quem coordenava?

Sempre o bispo Edir Macedo. Ninguém faz nada na Universal sem o bispo saber.

Os recursos não eram declarados na saída ou na entrada dos países?

Não. A maioria dá dinheiro em espécie na oferta e nem tudo entra na contabilidade.

Como esse dinheiro era usado na Europa?

Enquanto eu estava lá [2002 a 2009], iam 500 mil euros por mês para a Record Europa e o resto para a igreja lá e em outros países. Em Portugal contávamos sempre com o dinheiro de Angola.

O senhor tem provas?

A minha prova sou eu. Particpei e vi com os meus olhos. Se eu tirasse fotos não ia chegar aonde cheguei na igreja. O histórico das contas está no banco BCP de Portugal.

15 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Advogados querem reter passaporte para forçar devedor a pagar

Escritórios vêem brecha em nova lei, mas ainda não têm decisão favorável de juízes

TÁSSIA KASTNER
DE SÃO PAULO

O risco de ficar sem carteira de motorista ou passaporte te faria correr para pagar uma dívida?

Alguns escritórios de advocacia apostam que sim. Eles têm recorrido a uma espécie de brecha do novo CPC (Código de Processo Civil) para pedir que juízes suspendam direitos de devedores de dirigir ou viajar, por exemplo.

O instrumento é uma forma de pressão para convencer o inadimplente a pagar o que está devendo e, portanto, só faz sentido se a pessoa tiver o dinheiro.

“Não importa quem é o devedor nem o valor da dívida. O que importa é que os meios típicos de cobrança tenham fracassado e que existam indícios de ocultação de patrimônio. Se a pessoa não tem como pagar, não adianta”, diz Daniel Amorim Assumpção Neves, sócio do Neves, De Rosso, e Fonseca.

O escritório tem feito pedidos de suspensão de direitos, mas ainda não conseguiu nenhuma decisão favorável. Tampouco existem estatísticas da aceitação desse tipo de medida pelos juízes.

TÍPICO X ATÍPICO

Os meios típicos de cobrança de dívida são aqueles que usam o patrimônio do devedor para garantir que o credor receba o dinheiro de volta. Pode ser pela penhora de um imóvel, por exemplo.

Se houver indícios de que o devedor esconde bens ou

passou para nome de parentes, a Justiça pode determinar o uso desses bens para o pagamento, mesmo que não estejam no nome do devedor.

Já os instrumentos atípicos permitem que o juiz tire direitos de alguém que não cumpra uma obrigação financeira. O mais conhecido é prender quem não paga pensão alimentícia.

À exceção da cobrança de pensão, o uso de medidas atípicas não é unânime.

“O novo código dá uma interpretação ampla para que o juiz escolha a medida para fazer alguém pagar uma obrigação, mas ela precisa ter relação com a dívida”, sugere Flávio Pereira Lima, sócio do escritório de advocacia Matos Filho.

Por esse princípio, não faria sentido tirar o direito de dirigir de um empresário que deva a um fornecedor. Mas se o que o devedor precisa pagar é uma dívida de trânsito, seria justificável cassar a habilitação.

QUALQUER PREÇO?

Existem limites baseados no princípio da dignidade das pessoas para a cobrança de dívidas, segundo advogados.

Por isso, uma pessoa não pode ser exposta pelo credor que cobra uma dívida nem ser presa por ter passado um “cheque voador”.

A cobrança tampouco faz sentido se a pessoa comprovadamente mostrar que não tem renda para pagar, dizem especialistas.

Para Thiago Brandão, juiz do Tribunal de Justiça do Piauí e membro da comissão da AMB (Associação dos Magistrados do Brasil) sobre o novo CPC, é pouco provável que esse tipo de recurso seja aceito pelos juízes. “O não pagamento de uma dívida não pode permitir a suspensão do direito de ir e vir”, afirma.

Ele sugere que a única situação que permitiria a suspensão de direitos seria quando houvesse interesse público: ações de improbidade administrativa, quando o pagamento é para ressarcir os cofres públicos.

“Em situações excepcionais é justificável, mas não para atender apenas aos interesses do credor”, afirma Brandão.

15 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

COM QUEM ANDAS

A defesa do ex-presidente Lula questionou um desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região sobre sua relação com o juiz Sergio Moro. Os advogados quiseram saber se João Pedro Gebran Neto é próximo de Moro e se seria padrinho de um dos filhos dele.

NOS AUTOS

No pedido, a defesa do petista citou a “necessária equidistância que deve ser observada pelo magistrado”. O tribunal, que tem a tarefa de revisar as decisões da Operação Lava Jato, afirma via assessoria de imprensa que apenas “se manifesta sobre as questões processuais”. A assessoria de Moro diz que sua resposta é a mesma.

NOS AUTOS 2

O desembargador Gebran Neto quase sempre endossa, como outros magistrados do tribunal, as medidas tomadas por Moro em relação aos investigados da Lava Jato.

PAINEL



Memórias do cárcere O “japonês da federal”, Newton Ishii, recebeu um pedido de Marcelo Odebrecht. O executivo perguntou se ele poderia trabalhar de roupa preta e colete em dia de visitas. Uma de suas filhas gostaria de tirar foto ao seu lado.

13 AGO 2016

CARTA CAPITAL

Palco/ A pajelança dos golpistas Nada como um beijinho no Moro e uns desaforos contra os nordestinos

Uma semana depois da agressão sofrida, em Curitiba, pela atriz Leticia Sabatella, acuada na rua por golpistas redundantemente furiosos, alguns de seus colegas globais promoveram uma revoada até o reduto da Lava Jato para festejar, em torno do notório juiz Sergio Moro, o império da truculência e da intolerância que persegue os dissidentes do pensamento único.

Ao convescote de segunda-feira 8 serviu de porta-bandeira a atriz Susana Vieira, rombuda no físico e no intelecto, a qual aproveitou o frenesi patriótico para agredir nordestinos e nortistas, segundo ela incapazes de entender a relevante obra dos carcereiros do Juvevê. A declaração repercutiu nas redes sociais e Suzana tratou de zerar seu Instagram.

Juntamente com a atriz, confraternizaram

com o juiz Moro e seus acólitos personagens que a tevê, o palco e a vida transformaram em figurantes, como Victor Fasano – um canastrão que serviu ao prefeito Cesar Maia –, e Lucinha Lins – para quem não se lembra, ela ficou conhecida como ex-mulher de Ivan Lins. O cantor Raimundo Fagner, que até segunda ordem é um daqueles cearenses que Susana Vieira despreza, incorporou-se à comitiva. Muito à vontade, até arriscou alguns solfejos. Aparentemente não procede a notícia de que os algozes de Curitiba estejam propensos a recrutar o bardo Fagner e sua cantoria para ameaçar os prisioneiros que ainda resistem, nas masmorras do juiz Moro, a fazer uma delação premiada.



13 AGO 2016

CARTA CAPITAL

Mino Carta A farsa trágica

De um governo nascido do golpe nada se haveria de esperar senão o retorno ao entreguismo de antanho

A farsa trágica que vivemos ganha, neste momento, um sinistro cenário de insensatez, qual fosse a celebração do desastre. Além de oferecer vazão ao complexo de vira-lata de incontáveis torcedores nativos, os Jogos Olímpicos parecem provar a nossa incapacidade de entender as dimensões de um fracasso que nos envolve a todos. Enquanto o barco vai a pique, tripulação e passageiros bailam no convés.

Naufrágio iminente. A reportagem de capa desta edição expõe com o necessário senso do real as consequências das políticas que o governo Temer já começa a pôr em prática no plano econômico, com implicações profundas no campo internacional. É a liquidação do País, do seu presente e do seu futuro. É lamentável poder afirmar que não cabe surpresa, era quanto se havia de esperar de um golpe tramado na casa-grande, a consagrar a incompatibilidade entre Brasil e democracia.

Estamos habilitados, isto sim, a encenar um espetáculo único, com a extraordinária participação de um elenco vasto e bem afinado, ao menos em relação ao propósito principal do golpe. Se não, vejamos. Vale citar desde os parlamentares corruptos que se arrogam a julgar a presidenta eleita para substituí-la por

um governo ilegítimo, até juízes da Suprema Corte que atuam politicamente ao se prestar a declarações sobre assuntos em juízo e se calam diante do assalto à Constituição.

E falemos de um grupelho de promotores milenaristas a serviço de um magistrado de primeira instância, obcecado pelo decisivo, ambicioso projeto de incriminar um ex-presidente que não somente comandou o melhor governo pós-ditadura, mas também é o favorito da próxima eleição presidencial. E evocuem os social-democratas à moda, de pura fantasia, imbatíveis como intérpretes dos humores e vontades da casa-grande. A qual, neste golpe, conta com a Polícia Federal para substituir os jagunços de antanho.

Cotação especial para a mídia nativa, insubstituível na operação de transformar o mal em bem. Sua contribuição à manobra foi determinante. Superou-se na vocação de inventar, omitir e mentir, de sorte a sustentar a obra desta força-tarefa integrada por magistrados e policiais empresários e congressistas. Barões midiáticos e seus sabujos, entregues à busca de um *grand finale* que transcenda o *impeachment* de Dilma Rousseff.

As tradições nos iluminem. É a casa-grande que mantém de pé a senzala para continuar a cavaleiro dos eventos, livre de irreparáveis ameaças. Quer um Brasil colônia, súdito de um império. Já foi o português, depois a primazia coube ao britânico, enfim, veio Tio Sam. A política exterior do governo Lula foi capaz de abalar este gênero de sujeição. Agora, o chanceler José Serra cuida do retorno às origens, com a bênção do presidente inter-

no. O qual já se porta com ares de definitivo até 2018 e, segundo se propala, interessado até em reeleição.

E eis que no palco surgem personagens de certa forma surpreendentes. Cito Cristovam Buarque. Considerava-o figura digna e agora o colho a dizer que Dilma cometeu, sim, crime de responsabilidade, de pequeno porte, talvez peca-dinho, mesmo assim, inconfundível ato delituoso. Há quem propale que se qualificou para um cargo destinado a curto prazo a enriquecer seu currículo.

E no outro dia, como diria Mário de Andrade, contador de *Macunaíma*, assisto no vídeo, por breves minutos, felizmente, a conferência de um grupo de luminares da crônica esportiva, gaúllham ao comentar o "frangaço" da goleira da seleção de futebol dos EUA. A moça é ré por ter adentrado o País de cabeça protegida contra picadas do *Aedes aegypti* e eles se riem como se o Brasil não fizesse por merecer o receio da atleta. Como se não fosse a terra onde grassam doenças graves extintas pela civilização, onde a saúde do povo é descuidada criminosamente pelo Estado e mais de 40% da sua superfície não é alcançada por saneamento básico.

Vídeo da Globo, ali amiúde se fala de um país inexistente. Overdado é aquele onde tantos ignoram o golpe e onde o prefeito petista de São Paulo diz que a palavra golpe não exprime com precisão a situação presente. "Assim fica difícil...", murmuram meus botões, sinistramente. *



Moralista de duvidosa moral

POLÊMICA Acusações feitas por jovem de 22 anos contra Marco Feliciano expõem práticas e ligações obscuras

POR MARSÍLEA GOMBATA

Um romance policial rocambolesco e cheio de reviravoltas. Uma trama na qual a vítima cai em contradições e os vilões são acusados de tentar comprar o silêncio daquela que os condena. É nesse enredo nebuloso que o deputado federal Marco Feliciano (PSC-SP), um dos principais nomes da bancada evangélica do Congresso Nacional, envolveu-se na última semana.

Entusiasta de bandeiras polêmicas como a “cura gay” ou a “castração química para estupradores”, Feliciano foi acusado por Patrícia Lélis, estudante de jornalismo de 22 anos, de tentativa de estupro. O crime teria ocorrido na manhã de 15 de junho. No Boletim de Ocorrência registrado

no 3º DP da Polícia Civil, no Centro de São Paulo, Patrícia conta que o deputado a havia convidado para uma reunião em seu apartamento funcional em Brasília.

Quando chegou lá, Feliciano estava sozinho e disse que desejava conversar com ela a sós. O parlamentar teria proposto que ela fosse sua amante em troca de um salário de 15 mil reais para ocupar um cargo de confiança. Porém, atesta o documento, ele “passou a se exaltar e tentou arrancar o vestido da vítima”. Encontrando resistência, teria dado “um soco na boca e um chute na perna” de Patrícia. Ela disse só ter conseguido escapar quando uma vizinha ouviu seus gritos e tocou a campainha para saber se estava tudo bem.

Ainda em Brasília, Patrícia teria

procurado o Partido Social Cristão, ao qual também é filiada, e ouviu que era melhor ficar calada. Ela disse que tanto o presidente nacional do PSC, Pastor Everaldo (RJ), quanto o assessor de Feliciano, Talma Bauer, lhe ofereceram dinheiro para que não fizesse denúncias contra o deputado federal, que é atualmente um dos queridinhos do partido. “Deixo claro que o PSC sempre esteve ciente do assunto desde o início”, disse Patrícia na segunda-feira 8.

O enredo começa a se complicar quando Patrícia viajou para São Paulo, onde diz ter ficado em cárcere privado. A viagem teria ocorrido a convite de Emerson Biazon, assessor do Partido Republicano Brasileiro (PRB), para uma entrevista de emprego. Ao chegar ao Hotel San Raphael, no Largo do Arouche, Patrícia conta no B.O. ter sido procurada por Bauer pelo celular. Ele queria saber onde ela estava, ameaçando-a de matar sua família. Câmeras de segurança do hotel, no entanto, mostram o encontro de Patrícia com Bauer no lobby, ainda no *check-in*, quando os dois se abraçaram.

Se antes acatava a tese de cárcere privado, o delegado Luis Hellmeister agora crê que Patrícia mentiu sobre os dias em São Paulo. O B.O. fala de tentativa de estupro, coação no curso do processo, e sequestro e cárcere privado, agora descartados.

“Comeram no Boi na Brasa, no Gato Que Ri. Ela foi ao shopping e gastou 700 reais em maquiagem. Que cárcere privado é esse? Eu joguei 40 anos de polícia na privada se não for isso o que estou dizendo”, contesta o delegado do 3º DP, ao garantir que esteve hospedado com Patrícia o seu então namorado Rodrigo Simonsen.

Inquieto, o delegado revela uma troca de mensagens de um celular que seria de Biazon. Na conversa com Patrícia, o dono do aparelho fala sobre valores a serem negociados com outra pessoa. “Ela veio para São Paulo receber dinheiro, e eu me fiz de bobo ao acreditar na sua primeira versão.”

13 AGO 2016

CARTA CAPITAL

A presidente assume o picadeiro

A cerimônia supostamente solene da eleição da ministra Cármen Lúcia para a presidência do Supremo Tribunal Federal, na quarta-feira 10, acabou suscitando, entre aquelas figuras togadas hoje tão inclinadas à omissão quanto ao exibicionismo, um triste momento-molecagem. Cutucada pelo ministro Ricardo Lewandowski, que a antecede no cargo, sobre o título - presidente ou presidenta? -, numa alusão à presidenta que está sendo vítima de um golpe à vista do indiferente STF, Cármen Lúcia insistiu, sob risadas, na versão presidente, "em apreço à língua portuguesa". Nomeada, em 2003, pelo presidente Lula, Cármen Lúcia terá dois anos de mandato para cuidar das irrelevâncias do vernáculo, enquanto o Brasil afunda na arbitrariedade.



14 AGO 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Perfil*

Cármem Lúcia

Tomou posse no Supremo
Tribunal Federal em 2006

● Advogada, foi procuradora do Estado de Minas Gerais e professora titu-

lar de Direito Constitucional da Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Foi indicada para o Supremo em 2006 pelo então presidente Lula.



Aspiração. Cármem Lúcia, que teve como segunda opção no vestibular o Jornalismo, é conhecida por ser defensora da liberdade de expressão

AS VEREDAS DA MINISTRA QUE VAI COMANDAR O STF

Natural do norte de Minas, 'Carminha', como Cármem Lúcia é chamada no cenário de Guimarães Rosa, foi educada na catequese e hoje se diz uma 'escrava da Constituição'

CONTINUA

Pablo Pereira

ENVIADO ESPECIAL / ESPINOSA (MG)

O currículo dela dá um livro. São 55 páginas relatando o ofício de separar o correto de incorreto e de ensinar os meandros das leis pela via da liberdade de expressão e do respeito ao contrato social estabelecido na Constituição. Na quarta-feira passada, eleita para dois anos como presidente do Supremo Tribunal Federal, a ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, de 62 anos, foi autorizada a acrescentar a mais importante página àquele rol de atos e saberes jurídicos.

Em 12 de setembro, ela assumirá o principal cargo do Judiciário e poderá, eventualmente, ocupar também o gabinete palaciano que fica do outro lado da Praça dos Três Poderes, a Presidência da República. Segunda mulher a assumir o comando do STF (a primeira foi Ellen Gracie, aposentada), Cármen Lúcia é pioneira na chefia do Tribunal Superior Eleitoral. Durante a eleição municipal de 2012, conheceu bem a choradeira de culpados e inocentes que buscavam tábuas de salvação em juízo.

Nesses tempos de lavagem de roupa suja da corrupção, com o governo metido em refrega política e econômica de assustar jagunço bravo do norte de Minas Gerais, ela tem visto a trajetória entranhada na especialidade dela, o controle da constitucionalidade. “Sou uma escrava da Constituição”, costuma dizer a mineira “das Gerais”.

Escolhida também no Direito Administrativo, ela vai ao fundo igualmente em temas da vida cotidiana e cidadania, desses que afetam milhões de famílias, como a violência, as drogas e as mulheres que dão à luz na cadeia. Como relatora do habeas corpus 118.533, votou no STF, em 2015, defendendo que não fosse considerado crime hediondo a infração de tráfico privilegiado (artigo 33 da Lei 11.343/2006), cujo parágrafo 4.º beneficia réu primá-

● Ex-colegas

“Ela age com prudência, princípio que o velho Aristóteles considerava fundamental.”

Eros Grau

EX-MINISTRO DO STF

“É exemplo de dedicação, oradora empolgante e pouca gente terá agido com tão rígido sentimento de republicanismo como ela (...). Não nego. Falei sim com o então presidente Lula sobre ela.”

Sepúlveda Pertence

EX-MINISTRO DO STF

rio, com bons antecedentes e que não integre organização criminosa na execução da pena. Ponto crucial no aumento do volume de encarceramento e da explosão da população carcerária nacional, a polêmica voltou à pauta no STF no começo de junho e, em menos de um mês, sofreu uma reviravolta. Ministros mudaram voto para seguir a relatora.

Pilha de processos. Quem conhece bem a ministra sabe há tempos que ela não tem moleza no serviço. Fechou 2015 com um acervo de 2.656 pendengas judiciais. Neste ano, recebeu mais 3.439 processos. Até 10 de agosto, segundo dados do STF, havia exarado decisão final em 3.854 ações, atingindo um expediente total de 5.381 atos, aí incluídos liminares, interlocutórias e sobrestamentos. É muito? Depende.

Quando assumiu o “encargo” no STF, em 2006, havia lá uma pilha de 15 mil processos esperando julgamento. Um dos mais antigos é a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 1764, que deu entrada no STF em 22 de janeiro de 1998, ainda na gestão de Sydney Sanches. Era petição de partidos (PT, PDT e PCdoB) contra a lei daquele ano que criava a figura do contrato de trabalho por tempo determinado. O despacho da ministra, que recebeu os autos em 20 de agosto de 2010 mas só conseguiu mexer no processo em 14 de abril de 2015, foi registrado um ano depois, quando ela declarou-se impedida de julgar a causa.

Em 2013, um outro impedimento dela travou o tribunal. Foi quando declarou-se impedida de votar sobre a cobrança de compensações pelos expurgos dos planos econômicos de janeiro/89 e fevereiro/89, processo que pode movimentar R\$ 150 bilhões. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 165 tem um bocado de Recursos Extraordinários (Rext). Mas o STF precisa de pelo menos oito ministros para o julgamento acontecer. Sem ela, bingo: in dubio, pró gaveta.

Desta vez, ela pediu para sair por um motivo mais do que pessoal. O pai, Florival Rocha, de 98 anos, dono de um posto de combustível e de uma loja de material de construção em Espinosa, lá nas “Gerais”, era um dos cidadãos logrados na poupança e que havia sido beneficiado por sentença judicial, de 2012. A Justiça condenou a Caixa a devolver dinheiro ao contribuinte.

Só que, em fevereiro último, uma novidade, ocorrida na distante Espinosa, onde vivem os Antunes Rocha, começou a desatar o nó da questão. Seu Florival renunciou ao direito líquido e certo, já confirmado na primeira instância de Montes Claros, a 280 quilômetros de Espinosa, e pediu a extinção da ação, que nos primeiros dias de março baixou aos arquivos por ordem do desembargador federal Néviton Guedes.

A desistência do pai da ministra, com quem ela costuma conversar todo santo dia por telefone, ocorreu por dois motivos. O primeiro deles, segundo parentes, foi que, com idade avançada, Seu Florival não quer deixar nada pendente na família. O segundo motivo, acreditam os mais próximos, é que Seu Florival não queria ser entrave na carreira da filha. Ele criou sete filhos no cabresto curto, com disciplina de sacristia, mas sempre os incentivou a buscar a liberdade no conhecimento e dedicação ao trabalho.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

'Carminha'. Em Minas, amigos e familiares da ministra dizem que "Carminha", como é conhecida pelos mais íntimos, nunca se casou porque escolheu viver com a profissão. Ela é a mais velha entre as mulheres Antunes Rocha – são quatro irmãs: Cármen Lúcia, Maria Luíza (arquiteta), Denise e Marisa (psicólogas), mais os irmãos, Paulo (bióquímico), Florival Júnior e Luciano (engenheiros).

Em Belo Horizonte, durante os estudos de Direito, Carminha preferia ficar em casa no meio dos livros e, por isso, Luíza tinha de arranjar primas e amigas para acompanhá-la na diversão. "A Carminha sempre foi muito independente", afirma o escritor Daniel Antunes Júnior, de 94 anos, que é primo da ministra. Para os que são de casa, Carminha não caminha na vereda dos poderosos e influentes magistrados por descuido. O professor de Direito, desembargador Hélio Costa, já falecido, costumava, à guisa de previsão, profetizar: "Esta menina vai ser ministra do Supremo", recorda Daniel Antunes.

Tida por advogados, colegas e servidores da Justiça como mulher de mão firme, já lecionou no Direito da PUC de BH e bate sempre na tecla da "vontade do legislador". Mas também tempera o discurso com o argumento segundo o qual "o juiz não é mero aplicador das leis, tal como são redigidas. Cabe-lhe interpretá-las". Ajustando com cuidado as posições quando fala em público, já confessou que "o julgamento dos atos alheios é das mais difíceis e pesadas tarefas humanas". E não se esquece de que, a cada ordem judicial proferida, acaba de desagradar 50% das partes.

Para o professor de Direito da USP Dalmo Dallari, a ministra é figura brilhante. "É uma juíza independente, de honestidade absoluta e com enorme sensibilidade constitucional", afirma Dallari, ressaltando que a conhece de muito tempo. Uma das marcas da ministra, segundo ele, é "o julgamento equilibrado, sem concessões à realidade social".

Sobre essa fama, ela credita a impressão alheia ao fato de ser uma juíza técnica. Mas isso, já sustentou em entrevista de março a um programa de TV, não é exclusividade do Judiciário brasileiro, é tendência mundial na ocupação de cargos de cortes superiores. Leve e solta nos argumentos, descolada

nos conflitos sem descuidar da retaguarda, a ministra já admitiu que até gravou reuniões no gabinete no STF para deixar bem claro às visitas do que se tratava o encontro. Mas, ressalva, não sem antes avisar o visitante sobre o "grampo".

Data venia. Um episódio polêmico que lhe marca a trajetória ocorreu em 2007. Foi flagrada no plenário do STF trocando mensagens de computador com o colega Ricardo Lewandowski durante uma sessão. Nas mensagens, cujas fotos foram publicadas pelo jornal *O Globo*, Cármen Lúcia comentava votos de outros ministros. Lewandowski respondia: "Bem, então é aderir ao ditado: morto o rei, viva o rei". E ela: "Não sei, Lewandowski, temos ainda três anos de 'domínio possível do grupo', estamos com problema na turma". Para o ex-colega de STF Erós Grau, "foi bobagem da imprensa na época". Ele diz que a ministra "é uma pessoa prudente e serena, muito preparada para presidir o tribunal".

Conhecida também pela defesa da liberdade de expressão, quando jovem quase enveredou pelo Jornalismo – a segunda opção no vestibular para Direito – e já confessou que a aspiração permanece. Em junho, em congresso da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), em São Paulo, defendeu a liberdade de imprensa como ferramenta fundamental para a democracia. "A democracia é impossível de acontecer sem a liberdade de imprensa", declarou.

Foi, aliás, um voto dela no STF que encerrou a polêmica da censura prévia de biografias quando julgava a ADI 4815, discussão de veto do cantor Roberto Carlos a livro sobre a vida dele. Em 119 páginas de voto, ela sepultou a censura prévia.

Catequese mineira. Nascida em Montes Claros, mas criada em Espinosa, a 700 quilômetros de BH, região que é parte do cenário de valentias e covardias da vida e do *Grande Sertão: Veredas*, livro que cita e cultua, a ministra foi educada em ladainha católica de internatos e, desde cedo, ficou íntima de prazos e obrigações. Foi aluna de religiosos da infância – entrou no colégio de freiras de Montes Claros com 9 anos – à faculdade de Direito, que cursou na PUC, onde "formou" em 1977.

Foram dez intensos anos na catequese, tempo que lhe deixou marcas no caráter e nos ouvidos – até hoje ela treme com o barulho das sinetas escolares. As badaladas lhe regulavam a hora de dormir, banhar, comer e estudar. Apreciadora da boa literatura, gosta demais da conta de João Guimarães Rosa, Cecília Meirelles e Machado de Assis, é chegada em F. Scott Fitzgerald e já teve até Camões na ponta da língua. Da juventude guardou ainda um particular tesouro: os números do jornal *Movimento*, publicação da esquerda brasileira, de 1975 a 1978, que atacava a censura.

Ponto de ônibus. Logo que assumiu o STF, ela doou a coleção, "do primeiro ao último número", ao acervo da Corte. Boa de causos, a mineira amante de Riobaldo e Diodorim não dispensa "dedim" de conversa na rua. Em palestra em São Paulo, lembrou do dia no qual saiu de um consultório em BH em busca de transporte e parou num ponto de ônibus. Sem enxergar, com a pupila dilatada por exame de vista, perguntou a um sujeito qual a linha do ônibus que se aproximava. O homem disse que logo alguém a ajudaria. E ela não esquece da surpresa final da prosa: "A senhora não precisa ter vergonha, não, viu? Eu também não sei ler".

● 'Não passarão'

"Houve um momento em que a maioria de nós acreditou no mote segundo o qual uma esperança tinha vencido o medo. Depois, (com o mensalão), descobrimos que o cinismo tinha vencido aquela esperança. Agora parece que o escárnio venceu o cinismo. Aviso aos navegantes dessas águas turvas de corrupção: criminosos não passarão."

Cármen Lúcia

EM 25 DE NOVEMBRO DE 2015, SOBRE A PRISÃO DO ENTÃO SENADOR DELCÍDIO AMARAL

14 AGO 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Busca de home care faz crescer ações contra planos em SP

Levantamento feito no TJ aponta 929 processos por auxílio domiciliar no 1º semestre, ante 804 no mesmo período de 2015

Fabiana Cambricoli

Embora não esteja listado no rol de cobertura obrigatória dos planos de saúde, o serviço de home care tem sido cada vez mais alvo de demandas na Justiça e de reclamações na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Levantamento feito pelo escritório Vilhena Silva Advogados no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) mostra que o número de ações movidas por clientes de convênios médicos em busca de assistência médica domiciliar e julgadas em segunda instância passou de 804 no primeiro semestre de 2015 para 929 no mesmo período deste ano. Na ANS, as queixas sobre o assunto saltaram de 523 em 2014 para 623 no ano seguinte.

Segundo a advogada Renata Vilhena, sócia do escritório e especialista em direito à saúde, a demanda pelo serviço tem aumentado por causa do envelhecimento da população e do maior conhecimento dos beneficiários sobre esse tipo de assistência. “A maioria dos pacientes que precisam desse serviço é de idosos que necessitam de atendimento especializado como o ofertado em um hospital. Muitos planos continuam negando a assistência por não haver obrigação contratual, mas a Justiça tem entendido que, com justificativa médica, ele tem de ser fornecido”, diz.

Segundo o levantamento do escritório, 90% das demandas judiciais por esse tipo de assis-

tência tiveram decisões favoráveis ao paciente.

A executiva Marizete Pereira, de 68 anos, decidiu entrar na Justiça após ter de pagar por dois anos o serviço de home care para a mãe, a aposentada Wilma Basile Pereira, de 85 anos. Com mal de Parkinson há 20 anos, a idosa precisa do auxílio de equipamentos como respirador e sugador, além da assistência de enfermeiros, fisioterapeutas e fonoaudiólogos. “Pagamos mensalidade de R\$ 8 mil e, mesmo assim, negaram o serviço. Comecei a ver que eu não teria mais como pagar e entrei com o processo”, conta ela, que teve decisão favorável.

Nos dois anos em que teve de arcar com o serviço de home care, Marizete gastava cerca de R\$ 20 mil por mês.

Pedidos indevidos. Entidades que representam as operadoras de planos de saúde afirmam que o serviço de home care pode ser fornecido, quando necessário, se previsto em contrato, mas afirmam que a maioria das ações judiciais refere-se a casos indevidos, quando não há necessidade de home care. “Posso dizer que o que cerca de 70% das ações querem, na verdade, é um cuidador. Famílias abandonam seus idosos e querem jogar essa responsabilidade para o plano de saúde”, afirma Pedro Ramos, diretor da Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge).

“O aumento das demandas por esse tipo de serviço, em diversos casos, reflete um problema social em que o plano de saúde passa a ser utilizado por muitas famílias como um serviço de cuidador, sem uma indicação clínica muito bem orientada. Isso acarreta acréscimos de custos imponderáveis ao sistema”, afirmou a Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), em nota.

A ANS afirmou que, apesar de o serviço não ser de cobertura obrigatória, deve ser oferecido conforme a legislação dos planos de saúde, nos casos em que corresponder a uma alternativa à internação hospitalar.

CONTINUA

14 AGO 2016

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

PERGUNTAS & RESPOSTAS

Assistência não é obrigatória

1.

O que caracteriza o serviço de home care?

É uma espécie de internação domiciliar, com atendimento especializado que oferece ao paciente equipamentos e assistência multiprofissional para que todo o tratamento possa ser feito em casa. Estão incluídos no serviço a oferta de aparelhos como cama hospitalar, respirador e sugador, assim como acompanhamento e visitas de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde.

2.

O plano é obrigado a fornecer o serviço?

Não, porque esse tipo de assistência não consta na lista de cobertura mínima dos convênios médicos. A Justiça, no entanto, tem proferido decisões favoráveis aos pacientes com indicação médica.

13 AGO 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Lava Jato. Defesa de Marisa Letícia e Fábio Luís
questiona intimação da PF e diz que
deslocamento a Curitiba seria 'inútil'; delegado critic
advogados e cita condução coercitiva

Mulher e filho de Lula se recusam a depor sobre sítio

Julia Affonso
Ricardo Brandt
Mateus Coutinho
Fausto Macedo

A defesa da ex-primeira-dama Marisa Letícia, mulher do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e de um dos filhos do casal, Fábio Luís Lula da Silva, informou ontem à Polícia Federal que eles pretendem ficar em silêncio em depoimento no inquérito que apura a compra e reformas do sítio Santa Bárbara, em Atibaia (SP). A manifestação dos advogados – os mesmos que defendem o ex-presidente – acirrou a já tensa relação entre a Lava Jato e a defesa do petista.

A PF intimou na semana passada Marisa Letícia e Fábio Luís para prestar “esclarecimentos” sobre a aquisição e obras do sítio. Em dois ofícios anexados aos autos, os defensores dizem que a mulher e o filho de Lula pretendem “se valer do direito constitucional de permanecer em silêncio, razão pela qual se mostra inútil seu deslocamento a Curitiba (PR) ou outro local, com dispêndio de recursos e desperdício do já exíguo tempo das autoridades policiais”.

O delegado Marcio Adriano Anselmo classificou de “lamentável” a posição dos criminalistas Cristiano Zanin Martins, Roberto Teixeira e José Roberto Batocchio, que assinam os ofícios. O delegado observou que eles são críticos da condução coercitiva, destacando que o Supremo Tribunal Federal já validou, em 2011, a medida que obriga a parte a comparecer para depor.

“Apesar de sempre terem alegado estarem à disposição das autoridades quando intimados, buscaram evitar o comparecimento, notadamente diante de tantos fatos a serem esclarecidos.”

Em declaração encaminhada por sua assessoria ao Estado, Zanin Martins não confirmou se Marisa e Fábio Luís vão ou não comparecer ao depoimento. “Iremos avaliar a melhor forma jurídica de amenizar o constrangimento que se pretende impor a uma senhora que sabidamente não tem nada a acrescentar aos depoimentos já prestados pelo ex-presidente Lula.”

O advogado também questionou a isenção do delegado. “Marcio Anselmo, lamentavelmente, possui um histórico de publicações ofensivas contra Lula nas redes sociais.”

Imóvel. A força-tarefa da Lava Jato suspeita que Lula seja o real dono do sítio em Atibaia e o utilize para ocultar patrimônio. A propriedade está em nome de dois sócios de Fábio Luís – Jonas Suassuna e Fernando Bittar.

Além deste, Lula é investigado em outros dois inquéritos principais da Lava Jato em Curitiba: sobre a compra e reforma do triplex do edifício Solaris, no Guarujá (SP), e sobre recebimentos do Instituto Lula e da empresa LILS Palestras e Eventos.

O documento da defesa registra que, “mesmo na hipótese” de

a PF querer ouvi-los como testemunhas, “incide no caso concreto a proibição legal”, citando o artigo 206 do Código Penal, que diz que parentes diretos do alvo da investigação podem se recusar a depor. O delegado federal disse, porém, que mantém as oitivas. “Trata-se de oportunidade assegurada aos investigados para que possam esclarecer os fatos apurados na presente investigação em seu desfavor.”

O professor de Direito Penal da FGV-Rio Thiago Bottino afirma que Marisa Letícia e Fábio Luís podem se recusar a depor tanto na condição de testemunhas como na condição de investigados. “Há vários precedentes do Supremo dizendo que investigado só presta depoimento se quiser. E mesmo que a polícia diga que eles são testemunhas, se a investigação indicar que eles estão sendo considerados suspeitos, também podem se recusar a depor”, disse.

COLABOROU VALMAR HUPSEL FILHO

CONTINUA

13 AGO 2016

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

CRONOLOGIA

Petista e Moro travam embate

4 de março **Condução coercitiva**

Na 24.^a fase da Lava Jato, o juiz Sérgio Moro decreta condução coercitiva do ex-presidente Lula e busca e apreensão no apartamento do petista em São Bernardo. Após depor, Lula critica a operação. “Era só ter feito uma convocação normal que eu iria depor. Mas eles preferiram utilizar a prepotência.”

16 de março **Interceptações**

O juiz Sérgio Moro retira o sigilo de interceptações telefônicas do ex-presidente. As conversas incluem diálogo com a então presidente Dilma, que havia nomeado Lula ministro. Na gravação os dois falam sobre o termo de posse do petista. Lula diz que o ato de Moro foi “arbitrariedade”.

30 de março **Justificativa**

Em ofício ao STF para explicar por que mandou grampear Lula e por que deu publicidade aos áudios, Moro diz que o petista quis “intimidar” e “obstruir” as investigações.

15 de junho **Competência**

Defesa de Lula vai ao STF para que as investigações contra ele permaneçam na Corte e não nas mãos de Moro. Lula pede ainda que o Ministério Público Federal seja notificado sobre condutas de Moro que poderiam, segundo ele, configurar crime de abuso de autoridade.

22 de julho **Prisão temporária**

Em resposta à defesa do petista que pedia sua suspeição para conduzir as investigações contra Lula, Moro diz que os grampos de conversas do ex-presidente poderiam justificar a prisão temporária do petista.

28 de julho **ONU**

Lula apresenta ao Comitê de Direitos Humanos da ONU uma denúncia para tentar barrar ações que considera como “abuso de poder” do juiz da Lava Jato e dos procuradores da força-tarefa da operação.

8 de agosto **Intimação**

PF intima a ex-primeira-dama Marisa Letícia e o filho mais velho de Lula para prestar “esclarecimentos” sobre a compra e reformas do Sítio Santa Bárbara, em Atibaia (SP), investigado.

9 de agosto **‘Atestado cabal’**

Via redes sociais, Lula afirma que o fato de a PF pedir novas diligências contra familiares dele é o “atestado cabal” de que os investigadores da Lava Jato “faltaram com a verdade” ao afirmar haver indícios suficientes contra ele.

13 AGO 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz manda Cláudia Cruz dizer onde mora

O juiz federal Sérgio Moro mandou a mulher do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) apresentar “de imediato” seu novo endereço. Ré em ação penal na Operação Lava Jato, a jornalista Cláudia Cruz não está sendo encontrada para intimação pessoal.

A mulher de Cunha é acusada de ter evadido dinheiro e lavado US\$ 1 milhão provenientes de crimes praticados pelo ex-presidente da Câmara no esquema de corrupção na Petrobrás. Em despacho na terça-feira, Moro afirmou que foram programadas audiências das testemunhas de acusação do processo para 26 de agosto e que “há dificuldades para intimação pessoal” de Cláudia Cruz.

“O endereço disponível nos autos informado pela defesa era o endereço da Presidência da Câmara, não mais ocupada pelo marido da acusada”, afirmou Moro. “Não há outro endereço disponível. A defesa contatada por telefone não prestou objetivamente informações sobre o endereço residencial.”

Após renunciar ao mandato de presidente da Câmara, em 7 de julho, Cunha devolveu as chaves da residência oficial em Brasília em 1.º de agosto. O deputado afastado vai ocupar um apartamento funcional da Câmara.

“É evidente que aqui não há um propósito de ocultação, mas apenas a intenção da defesa de ter mais prazo para se manifestar sobre o despacho (*que trata da audiência*). Não obstante, a recusa além de violar dever processual prejudica o andamento do processo. Assim, intime-se a defesa para apresentar de imediato o endereço atual e onde a acusada Cláudia Cordeiro Cruz pode ser encontrada”, determinou o magistrado.

Defesa. O advogado Pierpaolo Bottini, que defende a jornalista, afirmou que ela estava de mudança (da residência oficial da Presidência da Câmara) e está à disposição da Justiça.

“Uma vez instada, a defesa apresentou dois endereços de Cláudia, tanto em Brasília como no Rio”, disse o criminalista. “Claramente, não há nenhum interesse em procrastinar, mas interesse em colaborar com a Justiça.” /J.A., R.B. e F.M.

13 AGO 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Moro suspende ação penal contra Odebrecht

Segundo juiz da Lava Jato, decisão foi motivada pelas negociações sobre acordo de delação premiada, que pode influenciar em interrogatórios

*Fausto Macedo
Julia Affonso
Ricardo Brandt*

O juiz federal Sérgio Moro, que conduz os processos da Operação Lava Jato em Curitiba, suspendeu ontem, por duas semanas, a ação penal contra executivos da Odebrecht que trata do Departamento de Operação Estruturadas – apontado pelos investigadores como o “departamento da propina”. Segundo ele, a suspensão se dá após “notícia de que acusados” estariam “negociando alguma espécie de acordo de colaboração”.

O presidente da empreiteira, Marcelo Bahia Odebrecht, e executivos do grupo discutem com o Ministério Público Federal acordo de delação em que pretendem confessar envolvimento em desvios de recursos da Petrobrás. A expectativa é de que eles indiquem pagamento de propina a dezenas de políticos.

Na ação, Odebrecht e executivos do grupo são réus por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. O ex-marqueteiro do PT João Santana também é réu neste processo.

“Encerrada a instrução, é o caso de designar os interrogatórios dos acusados. Ponderou porém o Juízo que há notícia de que alguns acusados, inclusive todos os presos por este processo, estariam negociando alguma espécie de acordo de colaboração, o que pode ser determinante para a posição que adotarão em seus interrogatórios nesta ação penal”, escreveu Moro.

Estratégia. O juiz já havia adotado a mesma estratégia em outra ação penal em que Odebrecht também é réu. Em junho,

ele suspendeu o processo por 30 dias após a divulgação de que a defesa do empresário assinou acordo de confidencialidade com a Procuradoria-Geral da República (PGR), sobre o início das tratativas para uma delação premiada.

A ação foi retomada em julho, com um pedido de liberdade de Odebrecht feito pela defesa. O juiz abriu prazo para que a Procuradoria se manifestasse, mas o advogado do empresário apresentou pedido de desistência “por motivo que se encontra em sigilo”. Na decisão de ontem, o juiz afirmou que “considerando o motivo da suspensão, não seria apropriado questionamento das prisões cautelares com base em eventual excesso de prazo”.

Odebrecht já foi condenado a 19 anos e 4 meses de prisão em outra ação penal julgada por Moro no dia 8 de março.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Casa da Mulher Brasileira comemora os 10 anos da Lei Maria da Penha

Hoje, das 9 horas às 12 horas da manhã, a Casa da Mulher Brasileira celebra os 10 anos da lei Maria da Penha com a palestra da doutora em Direito Penal pela PUC de São Paulo, Alice Bianchini. A advogada vai falar sobre violência contra mulheres e os aspectos da legislação.

15 AGO 2016

Alice faz parte da Comissão Especial da Mulher Advogada da OAB/Federal, é diretora executiva do Instituto Avante Brasil e autora de vários livros e artigos, especialmente sobre a Lei Maria da Penha.

A realização do evento é do Tribunal de Justiça do Paraná, por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid) e da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar).

Desde que abriu, há dois meses, a Casa da Mulher Brasileira realizou, em média, 14 atendimentos por dia. A casa atendeu 796 mulheres em situação de violência e foram registrados 1.179 encaminhamentos e atendimentos até o dia 11 de agosto.

O local é a porta de entrada do atendimento da mulher vítima de todo tipo de violência na capital – física, psicológica, sexual e doméstica. Depois de passar pela recepção, onde informa dados pessoais e contatos, ela atendida pelo serviço psicossocial para os devidos encaminhamentos, seja para o Juizado, Defensoria ou Ministério Público, dependendo do caso de cada uma. Serviços de apoio como Patrulha Maria da Penha, assistência social, psicológica e de educadores completam a estrutura, instalada ao lado do Terminal do Cabral, na Avenida Paraná, 870.

15 AGO 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Julgamento que pode afastar Dilma definitivamente começa no dia 25

O julgamento final do processo de impeachment que a presidenta afastada Dilma Rousseff enfrenta no Senado terá início no dia 25 de agosto, às 9h. Segundo a Secretaria Geral da Mesa do Senado, a petista será notificada pessoalmente, ainda na tarde de hoje, sobre o andamento do processo. O sinal verde para a fixação da data pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, foi dado com a entrega, na manhã de sexta-feira, das alegações finais da defesa, a pouquíssimos minutos do prazo final, pelo advogado José Eduardo Cardozo. A expectativa é que esta fase possa durar até cinco dias.

Cardozo ainda não confirmou se a presidenta afastada virá se defender pessoalmente no plenário do Senado durante o julgamento final. Sobre isso, ele disse que ainda vai consultar Dilma, mas nos bastidores é grande a expectativa para que isso aconteça.

O documento da defesa chama atenção pelas 670 pági-

nas, 661 a mais do que a peça apresentada pela acusação na última quarta-feira, que tem apenas 9 páginas.

“Embora o usual seja uma contrariedade mais enxuta, optamos por fazer uma síntese de todas as discussões que estão no processo. Incorporamos ao libelo uma parte das nossas alegações finais e também a crítica o relatório do senador [Antonio] Anastasia, porque é a última oportunidade que tínhamos de nos manifestar por escrito nos autos. Então, achamos muito importante, para aqueles que desejam consultar uma síntese de todas as nossas defesas, e tudo aquilo que foi alegado, que isso constasse no libelo. Um caso que não é usual, exige medidas não usuais”, explicou Cardozo.

Na prática, a peça rebate os argumentos apresentados pela acusação de que a primeira mulher a comandar o país teria cometido crime de responsabilidade ao editar três decretos de crédito suplementar sem autorização do Congresso Nacional.

FÁBIO CAMPANA Julgamento de Dilma

O julgamento final do processo de impeachment da presidenta afastada, Dilma Rousseff, começará em 25 de agosto e a petista será intimada sobre o andamento do caso, depois que seu advogado, o ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, entregar as alegações finais da defesa.

Assim, o caso poderá ser encerrado ainda em agosto, conforme previsão de senadores da base aliada do governo interino. Dilma será intimada por um oficial de Justiça a serviço do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, responsável por comandar o processo de impeachment, de acordo com a legislação. A presidenta, no entanto, não é obrigada a comparecer.

“

Eu fui estudante e sou uma amante da Língua Portuguesa. Acho que o cargo é de “presidente”, né?!”

Carmen Lúcia, nova presidente do Supremo, dispensando tratamento de “presidenta”.

15 AGO 2016

BEMPARANÁ

Magistrados

STJ julga auxílio-moradia para juízes

O Superior Tribunal de Justiça marcou para amanhã o julgamento de uma polêmica questão envolvendo benefício para juízes. A Corte vai julgar uma ação movida pela Associação de Magistrados Catarinenses. A entidade questiona a proibição do pagamento de auxílio-moradia para juízes casados entre si. O pagamento foi suspenso no Estado a partir de uma decisão do Tribunal de Justiça, onde 17 casais de juízes se encontram nessa situação.

O julgamento será realizado na 2.^a Turma do STJ. O relator é o ministro Herman Benjamin. O pedido da Associação de Magistrados Catarinenses questiona a Resolução 199/2014, do Conselho Nacional de Justiça, firmada a partir de um julgamento do Supremo Tribunal Federal, na gestão do ministro Ricardo Lewandowski.

O inciso IV, artigo 3.^o da Resolução do CNJ, trata dos que não têm direito à vantagem, mas com um detalhe - 'perceber, ou pessoa com quem resida, vantagem da mesma natureza de qualquer órgão da administração pública, salvo se o cônjuge ou companheiro(a) mantiver residência em outra localidade'.

A entidade dos juízes catarinenses argumenta que essa seria justamente a situação dos 17 casais de magistrados do Estado. Mas o Tribunal de Justiça de Santa Catarina negou o pedido. O recurso será julgado agora pela 2.^a Turma do STJ.

15 AGO 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Requião Filho é o candidato do PMDB

O juiz João Luiz Manassés de Albuquerque Filho, da 1ª Zona Eleitoral, confirmou sexta-feira(12) a candidatura do deputado estadual Requião Filho à prefeitura de Curitiba. Na sentença, o juiz declara a validade a convenção, realizada no início do mês pelo PMDB, por ter sido a única convocada e promovida pelo órgão partidário legítimo para a atividade. Segundo Requião Filho, a Justiça considerou inválida a convenção, comandada pelo ex-governador Orlando Pessuti e Doático Santos, "considerando inexistente o suposto Diretório Municipal do PMDB que a convocou". Requião Filho comemorou a decisão em vídeo postado nas redes sociais dizendo que "o caminho está livre". ■

BEMPARANÁ

Confirmado

O juiz da 1ª Zona Eleitoral, João Luiz Manassés de Albuquerque Filho, confirmou na sexta-feira a candidatura do deputado estadual Requião Filho à prefeitura de Curitiba. Na sentença, ele declara a validade a convenção, realizada no início do mês pelo PMDB, por ter sido a única convocada e promovida pelo órgão partidário legítimo para a atividade. A Justiça considerou inválida a "convenção", realizada dias depois e divulgada por Doático Santos, considerando inexistente o suposto Diretório Municipal do PMDB que a convocou.

13 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

Defesa de Dilma aponta contradições e erros em relatório

Advogado de Dilma questiona supostos erros de relator

**José Eduardo Cardozo
protocola documento de
760 páginas onde tenta provar
inocência da presidente afastada
do crime de responsabilidade**

Mariana Haubert
Folhapress

Brasília - O advogado da presidente afastada, Dilma Rousseff, o ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, apresentou nessa sexta-feira (12) o último documento escrito da defesa no processo de impeachment, chamado tecnicamente de "contrariedade ao libelo acusatório". O documento foi protocolado na Secretaria-Geral da Mesa Diretora do Senado faltando apenas três minutos para o fim do prazo, às 13h37.

No texto, de 670 páginas, o advogado explora contradições e supostos erros no relatório apresentado pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), favorável à saída definitiva da petista, e

apresenta um histórico do processo e dos principais argumentos da defesa, que tenta provar a inocência de Dilma frente a duas acusações de cometimento de crime de responsabilidade.

"Demonstramos, inclusive, as falhas gritantes do relatório porque provas foram truncadas, provas foram esquecidas, tabelas erradas foram juntadas, tudo na perspectiva condenatória. Fica claro que é um relatório de condenação e não de julgamento. Ele partiu da ideia de 'vamos condenar para construir as provas que viesse a demonstrar essa condenação'. Como ele não tinha essas provas, ele começou a truncar, utilizar tabelas fora de contexto", afirmou Cardozo.

Dilma é acusada de editar três decretos de créditos suplementares sem aval do Congresso e de usar verba de bancos federais em programas que deveriam ser bancados pelo Tesouro, as chamadas "pedaladas fiscais" - quando foram quitadas, em 2015, o valor pago foi de R\$ 72,4 bilhões.

O advogado também afirmou que há uma inovação apresentada por Anastasia em seu parecer que, no entendimento da defesa, pode levar à anulação do processo. De acordo com Cardozo, Anastasia considerou erroneamente uma interpretação sobre o prazo para o pagamento das pedaladas fiscais, o que fez que considerasse problemas anteriores a 2015, o que fugiria do escopo deste processo de impeachment.

CONTINUA

13 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

“Ele alterou a acusação, e a defesa nunca se defendeu em relação a isso. Isso é uma mudança do libelo. Se ele quisesse mudar o libelo, ele tinha que voltar à Câmara para a Câmara dar a autorização para também processar essa matéria. Na medida em que ele não fez isso, a decisão que foi fundada no seu relatório é nula, absolutamente nula. Então, estamos invocando essa preliminar como de nulidade da pronúncia também”, disse.

Ele afirmou que poderá recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), mas ainda não bateu o martelo sobre esta questão. Como a “Folha de S. Paulo” antecipou ontem, Cardozo confirmou que o julgamento final começará na próxima quinta (25) mas disse que ainda não há definição sobre a realização ou não de sessões no sábado e domingo. Ele também afirmou que não está decidido ainda se Dilma se defenderá pessoalmente perante os senadores. Cardozo também recebeu a notificação sobre o julgamento em nome da presidente afastada. Ela será intimada ainda ontem, mas ela não é obrigada a ir ao Congresso.

A sessão final começará com a oitiva de testemunhas da acusação e da defesa. Dilma terá as seis testemunhas a que tem direito, dentre elas, o ex-ministro do Planejamento e da Fazenda Nelson Barbosa e o economista Luiz Gonzaga Belluzzo. As outras testemunhas são: Luiz Cláudio Costa, secretário-executivo do Ministério da Educação, Geraldo Prado, professor

da UFRJ, Esther Dueck, secretária de orçamentos e finanças, e Gilson Bittencourt, que foi secretário-executivo da Casa Civil.

Cardozo explicou também que desistiu de chamar o procurador do Ministério Público Federal Ivan Cláudio Marx, que em julho decidiu que as chamadas pedaladas fiscais -atrasos nos pagamentos de valores devidos a bancos e fundos públicos- não podem ser configuradas como crime. Para ele, o procurador deixou explícita em sua decisão seu posicionamento e por isso não seria necessário ouvi-lo nesta fase. Cardozo pediu também que o Senado faça novas diligências no processo, como a oitiva de peritos e assistentes da defesa. Lewandowski terá que decidir sobre isso ainda e pode não aceitar o pleito.

Questionado sobre o processo de cassação do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ), Cardozo afirmou ver com “muita estranheza” que a Casa tenha escolhido o dia 12 de setembro, uma segunda-feira, para votar a questão. “Será que temem alguma coisa que possa atrapalhar o impeachment? Será que temem que ele possa ter alguma declaração que possa atingir o governo interino e mostrar que esse não é o melhor caminho para o país? Alguma coisa existe porque querem correr de um lado e de outro querem esperar”, disse.

13 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

Moro intima mulher de Cunha a dizer onde se encontra

O juiz federal Sérgio Moro intimou a mulher do deputado federal afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) a apresentar imediatamente seu novo endereço. Na ação consta que “há dificuldades para intimação pessoal da acusada Cláudia Cruz”.

Responsável pelo despacho, Moro diz que o endereço disponível à Justiça informado pela defesa era o endereço da Presidência da Câmara, não mais ocupado por Cunha e Cláudia.

“Não há outro endereço disponível. A defesa contatada por telefone não prestou objetivamente informações sobre o endereço residencial”, afirma.

Não mais na função de presidente da Câmara desde 7 de julho, data em que renunciou ao mandato, Cunha teve que devolver as chaves do apartamento. Ele e Cláudia passaram a ocupar um apartamento funcional em Brasília, como os destinados aos demais deputados.

Cláudia Cruz é acusada de evasão de divisas e de ter lavado US\$ 1 milhão em crimes praticados pelo marido, proveniente do esquema de corrupção na Petrobras.

Moro diz que “é dever da defesa manter o Juízo informado sobre qualquer mudança de endereço de seu cliente” e que a intenção de Cláudia e seu defensor é de ganhar tempo para se manifestar sobre a audiência marcada.

“A Justiça não conseguiu encontrar o endereço e pediu para apresentá-lo. Isso é totalmente corriqueiro”, afirma à reportagem Pierpaolo Bottini, advogado da acusada.

Bottini diz que o fato não atrasa ou prejudica o andamento do processo, como afirmado no despacho do juiz. “A audiência ia acontecer de qualquer maneira. Não havia perigo algum de não comparecer”.

13 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

Justiça aprova recuperação judicial da GT Foods Group

Empresa sediada em Maringá enfrenta
problemas pelo alto custo
de insumos e informa que manterá em dia
salários e repasses a Integrados

Fábio Galiotto
Reportagem Local

O GT Foods Group, de Maringá, entrou com pedido de recuperação judicial nesta semana, que foi deferido pela Justiça na tarde de ontem. A empresa não divulgou o valor das dívidas que motivou o processo, mas informou, no comunicado enviado na última quarta-feira a fornecedores, funcionários e parceiros, que enfrenta dificuldades devido à escalada nos preços de insumos, principalmente milho e soja.

Com 10 mil funcionários, 1,1 mil granjas e aviários integradas e receita de R\$ 1,4 bilhão em 2014, os advogados responsáveis pelo processo apontaram que não haverá demissões ou paralisação nas operações da empresa. “Antes que a situação pudesse se agravar, a GT Foods optou pela recu-

peração judicial, mas acredita que tem potencial para atravessar este momento”, disse o advogado Alan Mincache. “O pedido foi deferido hoje (ontem) e temos até 60 dias para apresentar o plano de reestruturação com os credores”, completou a advogada Adriana Federiche Mincache.

Mincache insistiu que trabalhadores e avicultores não serão afetados. Porém, não quis informar quais serão os

**Em três meses,
nove plantas de
abate no País
pararam atividades**

credores que terão de aprovar o plano de recuperação nos próximos 60 dias. No entanto, a empresa tem R\$ 285,4 milhões em financiamentos ativos listados no site do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “Em três meses, nove plantas de abate no País suspenderam as atividades e tivemos a Globo Alves, de Cascavel, com pedido de recuperação judicial deferido também. É um pro-

blema de momento no setor”, disse.

O grupo é responsável pelas marcas Frangos Canção, Gold Frango, Mister Frango, Canção Alimentos e Bellaves. São dez unidades industriais espalhadas pelo Estado, com 650 mil frangos abatidos ao mês e 600 avicultores integrados ou parceiros. A empresa existe há 24 anos, é a quarta colocada no País em abate de aves, tem 13 filiais no Brasil e exporta para 80 países. “Existe uma função social na empresa, que fomentou a atividade avícola na região e agregou valor e desenvolvimento humano”, disse o advogado.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

OUTRA EMPRESA

A gigante JBS, proprietária de marcas como a Friboi, soltou nesta semana um comunicado a colaboradores, no qual afirma que adotará o prazo mínimo de 60 dias para pagamentos a fornecedores. **A FOLHA** entrou em contato com a assessoria de imprensa da empresa, para questionar quais tipos de fornecedores devem ser afetados pela decisão, mas não recebeu resposta até o fechamento da edição. Conforme o comunicado, particularidades de contratos serão tratados individualmente por gestores.

Um avicultor paranaense integrado à empresa, que não quis se identificar, informou que recebeu o comunicado, mas que não conseguiu descobrir se seria afetado. Ele disse acreditar que se trata de um aviso a fornecedores de insumos, mas reclamou da dificuldade maior que tem enfrentado para receber informações sobre as relações com a empresa.

13 AGO 2016

14 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA
DIRÉITO

OAB mira reforma eleitoral

Presidente nacional diz que entidade quer ir além da ação que gerou a proibição de doações de empresas

“A reforma que foi feita não foi reforma. Foi um paliativo. Não tivemos uma reforma eleitoral”

Loriane Comeli
Reportagem Local

A autora da ação que gerou a principal mudança no cenário eleitoral brasileiro dos últimos tempos – o fim do financiamento empresarial das campanhas políticas –, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) quer ir além, e seu presidente, Cláudio Lamachia, já anuncia que um pacote de medidas que trate de todos os gargalos da legislação será estudado e proposto pelo Conselho Federal. “Eu acredito que nos próximos 60 ou 90 dias possamos oferecer à sociedade brasileira algo objetivo”, disse o advogado gaúcho, que participou na semana passada do 4º Fórum Regional de Prerrogativas dos Advogados, realizado em Londrina.

Na presidência da entidade há sete meses, o advogado lembrou que a OAB lançou, para as eleições deste ano, a campanha de voto consciente e tem mantido outra contra o caixa 2, a contabilidade paralela das campanhas eleitorais proveniente de doações



Cláudio Lamachia, presidente da OAB

escusas. Cobrando dos eleitores mais consciência e, especialmente, que conheçam o candidato escolhido, o presidente da OAB espera eleições mais baratas e sob fiscalização cerrada dos órgãos oficiais e da população.

Lamachia foi enfático ao defender as prerrogativas dos advogados, que, segundo ele, têm sido frequentemente desrespeitadas por autoridades que, por exemplo, impedem os profissionais de acessar inquéritos e processos e de manter contato com clientes presos. “Temos projeto, que é defendido pela OAB, que visa criminalizar o desrespeito a prerrogativas da profissão do advogado”, relatou.

Porém, foi reticente ao comentar temas mais polêmicos, sobre os quais a OAB ainda não se pronunciou: o pacote do Ministério Público Federal que prevê dez severas medidas para combater a corrupção e o projeto de lei de abuso de autoridade, alvo de críticas da magistratura e do Ministério Público, sob o argumento de que o texto pode representar intimidação à atuação de juízes, promotores e delegados.

CONTINUA

Como vai ser a atuação da OAB nas eleições municipais deste ano?

Diz-se que o Brasil vive hoje uma crise política e uma crise econômica. Eu acho que o que nós vivemos é uma crise moral sem precedentes e exatamente por esta crise que estamos vivendo, com todas as denúncias e com tudo o que está acontecendo, notadamente, com a classe política, é fundamental que seja possível, num ano eleitoral, que a sociedade tenha a consciência exata do que significa o seu poder ao votar. A Constituição Federal diz que o poder emana do povo e é fato. Nós que elegemos os que nos representam por força da Constituição Federal. Porém, quando fazemos uma avaliação crítica do momento atual, precisamos também fazer um mea culpa enquanto cidadãos porque nós somos os maiores responsáveis hoje pelos "eduardos cunhas" que temos no Congresso Nacional, porque nós os elegemos; o presidente afastado da Câmara foi eleito no Rio de Janeiro, um estado altamente politizado, por um contingente significativo de pessoas. O que nós, como entidade, pretendemos fazer neste ano eleitoral, por força de toda esta reflexão que eu estava fazendo, é lançar uma campanha de conscientização e de valorização do voto, a par de uma outra campanha que nós temos, que é uma campanha de combate ao caixa 2. A consequência de uma escolha mal feita é exatamente esse quadro que vemos hoje na política nacional. Nós queremos conscientizar a advocacia e a sociedade brasileira da importância que tem o voto: voto não tem preço, voto tem consequência. Porque esta é

a grande maneira que nós temos de mudar este cenário. Não existe outra maneira. Claro que nós temos que punir, que essas pessoas têm que ser investigadas, e depois do devido processo legal devem pagar pelos seus atos aqueles que forem condenados, mas não é só isso que vai resolver. O fundamental e indispensável é a conscientização da sociedade. O cidadão ao votar tem que saber quem é aquela pessoa que ele está elegendo para representá-lo.

Esta será a primeira eleição sob a vigência da proibição das doações de empresas. Qual a expectativa? Alguns acreditam que as doações ilegais vão aumentar...

Eu acredito que não, que não haverá aumento do caixa 2. Eu acredito que a ideia de fiscalização é exatamente para que nós possamos neste primeiro momento demonstrar aos políticos que vai haver, sim, um controle muito grande sobre as suas campanhas eleitorais, sobre os gastos que serão feitos. Hoje nós temos limitadores, os políticos têm 72 horas para lançar seus gastos na internet, nos tribunais regionais eleitorais. Será um mecanismo extraordinário para o cidadão acompanhar e, com isso, cada cidadão pode se tornar um fiscal. Sem dúvida nenhuma que é uma mudança de paradigma e, sendo assim, nós temos que acompanhar pari passu. E, por isso, a OAB tem um projeto neste sentido, de criminalizar o caixa 2 de campanha. Nós estamos atuando em todas as pontas.

Além disso, o que mais precisa mudar na legislação eleitoral, ainda que tenha havido mudanças no ano passado?

A reforma que foi feita não foi reforma. Foi um paliativo.

Não tivemos uma reforma eleitoral. O que nós tivemos foi uma reforma via decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) a partir do ajuizamento de uma ação da OAB sobre o fim do financiamento das campanhas pelas empresas. Pautei no Pleno do Conselho Federal da OAB esse tema da reforma política. Eu quero produzir, no âmbito do Conselho Federal, uma proposta de reforma política que venha da OAB; que a OAB possa se manifestar sobre voto distrital, voto distrital misto, voto distrital puro, reeleição.

Tem um prazo para isso? Esse debate já está acontecendo?

Eu gostaria de ter isso discutido no âmbito da OAB com a maior rapidez possível. Eu acredito que nos próximos 60, 90 dias nós possamos oferecer à sociedade brasileira algo objetivo, que parta de uma proposta da OAB.

No cenário nacional, passamos por um processo de afastamento da presidente da República e a posse do presidente interino. Alguns setores defendem novas eleições. É possível?

A OAB manifestou-se sobre todos os temas que chegaram até ela. Nos manifestamos sobre o impeachment, sobre o afastamento imediato do presidente da Câmara, pela cassação do presidente Eduardo Cunha, queremos a cassação do Delcídio do Amaral... A OAB tem enfrentado todos os temas. A OAB não é nem do governo nem da oposição. A OAB pertence aos cidadãos e aos advogados. O partido da OAB é o Brasil e a nossa ideologia tem que ser a Constituição Federal. Sobre as eleições, nós também entendemos que há uma carência de legitimidade, sem dúvida nenhuma.

Sem dúvida nenhuma que nós teríamos um bom avanço na medida em que nós pudéssemos devolver à sociedade brasileira a possibilidade da sociedade escolher novamente seus governantes a partir do voto direto. Ocorre que nós também temos que respeitar a Constituição e a Constituição não dá abertura para este processo neste momento.

Qual a posição da OAB sobre a Lei de Abuso de Autoridade?

Nós estamos com a discussão desse projeto pautada também no Pleno do Conselho Federal. Possivelmente, também, na próxima sessão do Conselho Federal, nós estaremos debatendo um pouco o projeto de abuso de autoridade. Mas nós temos um outro projeto que está no Congresso e que é defendido pela OAB, porque foi apresentado pela OAB, que visa criminalizar o desrespeito a prerrogativas da profissão do advogado. Isso significa que quando um magistrado, um delegado de polícia, um membro do Ministério Público não der acesso a um processo a um advogado, ele estará cometendo um desrespeito à prerrogativa do profissional e poderá responder criminalmente.

Quais as ações que deveriam ser criminalizadas?

Impedir acesso aos autos, impedir o advogado de acesso aos seus clientes. Dia desses tivemos um caso emblemático. O Ministério da Justiça baixou portaria limitando o acesso do advogado ao cliente. Fomos ao ministério,

que revogou a portaria. Porque é um direito constitucional de todo cidadão ter um advogado. Esse desrespeito às prerrogativas tem acontecido com frequência.

E qual a avaliação sobre as dez medidas contra a corrupção propostas pelo MPF?

Notadamente nessa questão do projeto de abuso de autoridade, das dez medidas, as pessoas olham e dizem: "Quem está contra as dez medidas está, de alguma forma, contra o combate à corrupção e à impunidade". Isso é um equívoco absurdo. A ordem tem um compromisso com o combate à corrupção, com o combate à impunidade, com a moralidade, com a ética na política. Isso é um compromisso da ordem de muitos anos. A OAB tem 85 anos de história e de relevantes serviços prestados para o Brasil. Vou dar um exemplo, sobre essa defesa das dez medidas. Uma dessas medidas propõe que se valide prova ilícita, prova produzida por meio ilícito. Isto não é bom no estado democrático de direito porque na medida que se validar uma prova ilícita para um bandido se pode validar esta prova para uma pessoa de bem...

O pacote inteiro das dez medidas é ruim?

O pacote das dez medidas tem inúmeros temas que foram apresentados inclusive no pacote da OAB, que apresentou já há bastante tempo ao Congresso Nacional. Nós também temos contribuído de forma direta e objetiva com alguns processos. Temos que analisar caso a caso.

14 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA Militão

●● O senador Magno Malta, do Espírito Santo, disse no Congresso Nacional, que o Supremo Tribunal Federal e outros tribunais superiores do País deveriam ser integrados só por concursados. Juizes, advogados e procuradores deveriam ter no mínimo 20 anos de experiência em suas carreiras, comentaram alguns assessores dele e de outros senadores.

15 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

Prática é partidária

Celso Russomanno (PSD-SP) se enrolou na Justiça por pagar gerente de sua produtora com salário de secretária parlamentar por cinco anos.

Escapou

Deputado mais votado nas eleições de 2014 com 1,5 milhão de votos, Russomanno acabou absolvido por 3 votos a 2 no STF.

Planalto aposta em 62 votos para sepultar Dilma

Ministros do núcleo do governo Temer contam com até 62 votos no julgamento final do impeachment de Dilma Rousseff, no Senado. O placar da pronúncia do afastamento, semana passada, já atingiu 59 votos. Eliseu Padilha (Casa Civil), que acertou os placares na Câmara e no Senado, é um dos mais otimistas ministros: espera 61 votos. Já no lado que apoia Dilma, não espera-se nem os 21 votos da pronúncia.

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Atenção srs. passageiros: delação pode vir de ônibus

Esqueletos mal sepultados desde 2010 podem voltar a assombrar políticos e gestores públicos que tiveram participação num dos mais polêmicos processos de licitação havidos em Curitiba: a concorrência para a concessão do sistema de transporte coletivo da cidade nas gestões dos ex-prefeitos Beto Richa e Luciano Ducci.

Fatos importantes podem vir à tona se o advogado Sacha Reck vir a firmar acordo de delação premiada com o Gaeco — objeto de negociações avançadas entre as duas partes, segundo confirmou à coluna na sexta-feira (12) o procurador Leonir Batis-ti, coordenador do Gaeco, braço do Ministério Público encarregado de investigações criminais.

O advogado chegou a ser preso no fim de junho passado pela sua participação em 19 licitações suspeitas — sete no Paraná e outras 12 em oito diferentes estados.

Embora Curitiba não esteja na lista, ele atuou também na concorrência que a Urbs lançou em 2010 representando os interesses do Setransp, o sindicato das empresas de ônibus da capital e região metropolitana. Nesta licitação, o grupo Gulin ganhou o controle de 60% das linhas curitibanas. O edital teria sido direcionado e conteria cláusulas atentatórias ao interesse público, segundo denúncias debatidas em uma CPI na Câmara de Vereadores e que também foram objeto de ações judiciais movidas por associações de usuários e pela Procuradoria-Geral do Município.

No resto do país o esquema obedecia basicamente ao mesmo modelo de Curitiba, em que os maiores favorecidos eram quase sempre as empresas Gulin e Constantino (dona também da aérea Gol). Antes do lançamento dos editais, atuava a consultoria Logitrans, de propriedade do pai de Sacha e ex-diretor da Urbs Garrone Reck.

Uma eventual delação de Sacha ao Gaeco, se tiver seus termos revelados, poderá ser explosiva para os rumos da próxima eleição municipal. Vários dos personagens que participaram, direta ou indiretamente, da concorrência de 2010 ocupam hoje altos postos na administração estadual e/ou desempenham papéis relevantes em campanhas de alguns dos candidatos.

13 AGO 2016

14 AGO 2016

Olho vivo

LONGE1

Em 2012, 11 anos depois do trágico vazamento de um oleoduto que emporcalhou rios, matas e o mar do litoral paranaense, a Petrobras foi condenada a pagar multa de R\$ 3 bilhões para compensar os danos ambientais e sociais que causou. Estranhamente, a multa foi reduzida para apenas R\$ 102 milhões — um desconto de 97% sobre o valor original.

LONGE2

Pior: em sua maior parte, este dinheiro, já depositado pela Petrobras, não seria aplicado em obras ou serviços em favor da população litorânea vítima do desastre, mas em outras regiões do estado. Comunidades de pescadores, que por longo período ficaram sem meios de subsistência, ainda não perderam a esperança. Elas aguardam que a 11ª Vara da Justiça Federal julgue esta semana uma ação cível de que participam para corrigir a distorção.

YOFIM

Está fechado o time de candidatos a prefeito de Curitiba. A última dúvida foi desfeita pelo juiz João Luiz Manassés de Albuquerque Filho, da 1ª Zona Eleitoral, que reconheceu o direito do deputado estadual Requião Filho de concorrer ao cargo pelo PMDB. Sua candidatura vinha sendo contestada pelo grupo ligado ao ex-governador Orlando Pessuti sob o argumento de que seria ilegítima a convenção convocada pela comissão provisória do partido que lançou a candidatura. O juiz disse não.

HORRORES

Campanhas eleitorais apertadas costumam virar um teatro de horrores, com denúncias cabeludas entre adversários. O candidato Rafael Greca (PMN) — que no passado já foi alvo da divulgação de vídeos — estaria prestes a receber outro petardo, mantido em zeloso segredo por advogados que preparam uma ação contra ele.

13 AGO 2016

14 AGO 2016

GAZETA DO POVO

Justiça Eleitoral vai aprimorar investigação de caixa dois neste ano

Ministro Gilmar Mendes anunciou a criação de um sistema de inteligência da Justiça Eleitoral.

No TSE, por exemplo, haverá o trabalho integrado de vários órgãos na análise das prestações de contas dos candidatos

| *Kelli Kadanus*

● A Justiça Eleitoral deve aumentar a fiscalização das prestações de conta para evitar casos de caixa dois nas eleições deste ano.

Novas estratégias estão sendo adotadas, como o trabalho integrado de vários órgãos no trabalho de análise das informações prestadas pelos candidatos.

No Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por exemplo, o presidente Gilmar Mendes anunciou a criação de um sistema de inteligência da Justiça Eleitoral, formado pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Banco Central, Receita Federal e Tribunal de Contas da União para coibir a ocorrência de práticas irregulares, como a movimentação paralela de recursos.

A preocupação aumentou por causa da proibição do financiamento privado de

campanha.

A partir deste ano, pessoas jurídicas não podem mais fazer doações para candidatos a nenhum cargo, nem aos partidos políticos.

Para o coordenador do MBA em Relações Institucionais do Ibmec Marcio Coimbra, a proibição foi um erro. "A gente voltou a um sistema já falido, que é o sistema da época da campanha do ex-presidente Collor", afirma.

"Isso acabou gerando doações de caixa dois para Collor de tal monta que se diz que PC Farias [tesoureiro da campanha] conseguiu arrecadar naquela campanha mais que o dobro do que foi declarado", lembra Coimbra.

De acordo com o procurador regional eleitoral do Paraná Alessandro Oliveira, o Ministério Público Federal (MPF) está alerta para coibir possíveis estratégias para burlar a proibição das doações de empresas para campanhas.

Uma das preocupações, segundo Oliveira, é a utilização de CPFs de aluguel, obtidos através de bases de dados de programas sociais, por exemplo.

Outro ponto de atenção para as fiscalizações serão doações realizadas por pessoas integrantes de quadros societários de empresas. "Vamos

“Estamos muito atentos à questão de caixa dois e buscando estratégias inovadoras de fiscalização.”

Alessandro Oliveira, procurador regional eleitoral do Paraná.

MÉTODO

Como o crime de caixa dois é de difícil investigação, inúmeras bases de dados serão utilizadas nas análises. Outra inovação será a análise dos prestadores de serviços em atender as atividades contratadas pelos comitês de campanha.

cruzar bases de dados de CPFs e tentar identificar irregularidades”, afirma Oliveira.

Para o procurador, ainda não é possível afirmar que a proibição do financiamento privado de campanha possa aumentar casos de caixa dois nas eleições.

“Há uma tensão do sistema para pessoas mal intencionadas buscarem formas de fazer movimentações paralelas”, diz Oliveira.

Apesar disso, o procurador garante que a instituição está preparada para a fiscalização.

13 AGO 2016

14 AGO 2016

GAZETA DO POVO

Dilma é notificada do julgamento no dia 25 e defesa apresenta seis testemunhas

• O julgamento da presidente afastada Dilma Rousseff está oficialmente marcado para começar em 25 de agosto. Na sexta-feira (12), o advogado da petista, José Eduardo Cardozo, protocolou no Senado a chamada contestação do libelo acusatório, que são alegações da defesa que rebatem os últimos argumentos da acusação. E apresentou os nomes das seis testemunhas de defesa, entre eles o do ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa. Na ocasião, o advogado foi informado do início do julgamento.

Um servidor do Senado notificou Dilma pessoalmente no Palácio da Alvorada. O documento registra a assinatura da petista às 16h05. Com todas as formalidades cumpridas, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, instância máxima no processo do impeachment, publicou nota confirmando a data.

Segundo o Supremo, o julgamento pode durar, pelo menos, uma semana, mas senadores da base aliada do presidente em exercício Michel Temer trabalham para que tudo se encerre em até três sessões.

'Especialistas'

Cardozo não informou se a presidente afastada vai pessoalmente ao julgamento no Senado. Ela pode, legalmente, não comparecer e ser representada pelo advogado. Ele se concentrou na apresentação das testemunhas. Segundo Cardozo, o objetivo foi reunir especialistas e pessoas que tiveram ligação direta com os atos observados no processo. "Nós pegamos testemunhas ligadas aos fatos, um especialista da área econômica e um especialista da área jurídica", afirmou.

Além de Barbosa, prestarão depoimento o ex-secretário executivo do Ministério da Educação Luiz Cláudio Costa, a ex-secretária de Orçamento Federal Esther Dweck e o ex-secretário do Planejamento Gilson Bittencourt. Também estão listados os professores de Direito Geraldo Prado e o economista Luiz Gonzaga Belluzzo.

PROCURADOR

A defesa de Dilma preferiu não chamar o procurador do Ministério Público Federal Ivan Marx, que pediu o arquivamento do processo contra ela na Justiça por entender que as pedaladas não configuram crime. "Ficou claro que, no testemunho, ele não teria tanto a esclarecer, porque temos por escrito sua intervenção, que é muito clara quanto ao fato de que os atrasos de pagamento não configuram operação de crédito", disse o advogado da petista, José Eduardo Cardozo.

LAVAJATO

À espera de delação, Moro suspende ação penal contra Odebrecht

• O juiz federal Sergio Moro, que conduz os processos da Operação Lava Jato em Curitiba, suspendeu na sexta-feira (12), por duas semanas, a ação penal contra executivos da Odebrecht que trata do Departamento de Operação Estruturada – apontado pelos investigadores como o "departamento da propina". Segundo ele, a suspensão se dá após "notícia de que acusados" estariam "negociando alguma espécie de acordo de colaboração". O presidente da empreiteira, Marcelo Bahia Odebrecht, e executivos do grupo discutem com o Ministério Público Federal acordo de delação em que pretendem confessar envolvimento em desvios de recursos da Petrobras. A expectativa é de que eles indiquem pagamento de propina a dezenas de políticos. Na ação, Odebrecht e executivos do grupo são réus por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. O ex-marqueteiro do PT João Santana também é réu nesta ação.

15 AGO 2016

GAZETA DO POVO

O fator previdenciário está perto da aposentadoria

Fórmula usada para reduzir benefício de quem se aposenta mais cedo deve ser extinta com a reforma da Previdência defendida pelo governo. É provável que o sistema fique semelhante ao usado atualmente para calcular o valor da aposentadoria por idade, porém com critérios mais rígidos. Além disso, a proposta de idade mínima de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres valeria para os contribuintes que hoje têm até 50 anos de idade – os mais velhos seguiriam uma regra de transição.

15 AGO 2016

GAZETA DO POVO

Reforma da Previdência de Temer deve "aposentar" o fator previdenciário

Tendência é de que o valor do benefício seja calculado de forma semelhante à da aposentadoria por idade

Fernando Jasper

●O primeiro aposentado da reforma da Previdência deve ser o fator previdenciário. Se o presidente interino Michel Temer levar adiante a ideia de fixar uma idade mínima para aposentadoria, a fórmula que reduz o benefício de quem se aposenta mais cedo tende a ser extinta.

O mais provável, segundo especialistas ouvidos pela **Gazeta do Povo**, é que o valor do benefício passe a ser calculado de forma semelhante à da aposentadoria por idade, mas talvez com requisitos mais rígidos.

Nessa modalidade, que responde por 53% das aposentadorias emitidas no país, as mulheres podem requerer o benefício aos 60 anos e os homens, aos 65, desde que tenham contribuído para o INSS por pelo menos 15 anos. O valor mensal, nesse caso, equivale a 85% da aposentadoria integral. Para chegar a 100%, é preciso contribuir por 30 anos.

A carência de 15 anos é considerada baixa por estudiosos. Dias atrás, o econo-

mista Fabio Giambiagi defendeu que ela suba gradualmente, chegando a 25 anos daqui a duas décadas.

Temer já declarou sua preferência, na reforma, pela definição de uma idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 para homens. E o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse que a regra valerá desde já para quem hoje tiver até 50 anos de idade, com os trabalhadores de 51 ou mais obedecendo a uma regra de transição.

O governo, no entanto, não deu detalhes sobre como será calculado o valor dos benefícios, e tampouco informou o que fará com a fórmula 85/95, aprovada em 2015, que facilitou a aposentadoria integral e ampliou o rombo do INSS.

Modalidade única

Para o especialista em políticas públicas e previdência Rogério Nagamine Costanzi, o ideal é eliminar gradualmente a aposentadoria por tempo de contribuição, que não exige idade mínima. "Ficariamos apenas com uma modalidade, com requisito de idade e de contribuição, pagando mais a quem contribuiu por mais tempo", sugere.

Escolhida por 30% dos aposentados, a aposentadoria por tempo de contribuição consome 45% das despesas do INSS. Mesmo com o fator previdenciário, o valor médio pago a quem se aposentou dessa forma (R\$ 1.818) é bem supe-

rior ao de quem se aposentou por idade (R\$ 889).

Mas Costanzi considera difícil, do ponto de vista político e jurídico, eliminar de uma vez a fórmula 85/95. "Talvez ela possa ser regra de transição por um tempo", diz.

Duas opções

O consultor legislativo Leonardo Rolim diz que a Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados propôs ao governo a eliminação do fator previdenciário e a coexistência de duas regras de acesso. A regra básica seria a idade mínima, que após um prazo seria de 65 anos para todos — homens, mulheres, trabalhadores urbanos, rurais e servidores públicos.

Mas, se preferir, o trabalhador poderia optar pela fórmula 85/95 "progressiva". Nela, a soma de idade e anos de contribuição para alcançar benefício integral, hoje em 85 para mulheres e 95 para homens, subiria até chegara 105 para ambos os sexos.

CONTINUA

15 AGO 2016

GAZETA DO POVO

VILÃO CONTINUAÇÃO

Visto como vilão pelos aposentados, o fator previdenciário foi criado em 1999, depois que o governo FHC não conseguiu emplacar a idade mínima na reforma da Previdência de 1998. O objetivo do fator era desestimular a aposentadoria precoce e frear a escalada dos gastos do INSS. Estima-se que a Previdência tenha economizado mais de R\$ 50 bilhões desde que o fator entrou em vigor. Por outro lado, os brasileiros continuam se aposentando cedo. Nas aposentadorias por tempo de contribuição, o benefício é obtido aos 54 anos, em média – 55 no caso dos homens e 52, no das mulheres. Na OCDE, que reúne os países mais desenvolvidos, a média é de 64 anos.

AS REGRAS

Como funcionam as aposentadorias pelo INSS:

POR IDADE (53% DAS APOSENTADORIAS)

Tempo de contribuição

Mínimo de 15 anos

Idade mínima

Urbanos: 60 anos (mulheres) e 65 (homens). Rurais: 55 e 60

Benefício

70% da aposentadoria integral* mais 1% por ano de contribuição. Assim, um trabalhador urbano que se aposentar aos 65 anos com 30 de contribuição receberá aposentadoria integral. O fator previdenciário** só é aplicado se favorecer o contribuinte

POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO (30% DAS APOSENTADORIAS)

A) REGRA 30/35

Tempo de contribuição

Mínimo de 30 anos (mulheres) e 35 (homens)

Idade mínima

Não há

Benefício

O valor da aposentadoria integral* é multiplicado pelo fator previdenciário**. Hoje, um homem de 55 anos que se aposente com 35 de contribuição tem fator 0,695. Portanto, receberá 69,5% do valor integral

D) REGRA 85/95

Benefício

Soma-se idade e anos de contribuição. No caso da mulher, se o resultado for 85 ela receberá aposentadoria integral*, sem aplicação de fator previdenciário. Para homens, a soma tem de ser de 95. Esses requisitos serão elevados a cada dois anos a partir do fim de 2018, chegando a 90/100 do fim de 2026 em diante

POR INVALIDEZ (17% DAS APOSENTADORIAS)

Paga ao trabalhador permanentemente incapaz de exercer atividade laborativa

Benefício

Aposentadoria integral**

*Média aritmética dos 80% maiores salários de contribuição desde julho de 1994.

**Índice atualizado todos os anos que varia conforme a idade, o tempo de contribuição e a expectativa de vida do beneficiário.

15 AGO 2016

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

Deltan, o suave e indomável

O procurador Deltan Dallagnol, coordenador da Força-Tarefa da Operação Lava Jato no Ministério Público Federal, chamou a atenção no coquetel de abertura da Mostra Artefacto, na última sexta-feira. Ele foi a personalidade homenageada no ambiente da arquiteta Elaine Zanon e da designer Claudia Machado. Ao ser perguntada pela coluna por que o escolheu como homenageado, Zanon justificou dizendo que ele tem uma "suavidade indomável". Dallagnol reagiu com uma risada tímida. Como era de se esperar, ele foi muito requisitado para *selfies*. O juiz Sergio Moro, também um dos homenageados, não compareceu.

Deltan, o suave e indomável 2

Ao cumprimentar Dallagnol, o CEO do Grupo Artefacto, Paulo Bacchi, parabenizou-o pelo trabalho e o chamou de patriota. Bacchi, que mora em Miami há 15 anos, onde dirige a loja da marca na Flórida, disse que acompanha de perto o desenrolar da Lava Jato e que torce pelo sucesso da operação.

13 AGO 2016

IMPACTO PARANÁ

CASCADEL

Mano Preisner

ALÔ MINISTRO FACHIN!

Meu caro Ministro, quando o Senhor foi escolhido para o STF, teve festa no Paraná. Muita gente comemorou: o Paraná tem um defensor lá!

Claro que tudo não passava de bairrismo bobo: em tese, ministro deve julgar pela Lei, não pela sua preferência pessoal. Mas como estamos no Brasil, claro que a alegria geral era justificada pelo jeitinho brasileiro, que todos esperam do Fachin.

Só que não.

Fachin, escolhido como ministro após um brilhante discurso onde pedia votos (adivinhem pra quem...) na primeira eleição da Dilma, ainda não retribuiu o entusiasmo dos paranaenses. Por exemplo: a criação do novo Tribunal Regional Federal, barrado pelo Joaquim Barbosa, está engavetado faz três anos. Fachin quietinho, só assobiando como se não fosse com ele. Outro exemplo: entre o milhão de brasileiros roubados pelos bancos por ocasião dos Planos Collor e Verão, mais de 100.000 são cidadãos paranaenses. Após 23 decisões anteriores do STF, unânimes a favor dos tungados brasileiros, e contra os bancos, não existe nenhuma possibilidade jurídica (dentro da legalidade, corrupção não entra na análise) de derrota dos queixosos, caso o julgamento venha a ocorrer. Está nas mãos do nosso Fachin a decisão, pois caso venha a se declarar impedido, não haverá quórum, e a decisão ficará para 2023, caso não chova ou nenhum outro ministro leve uns trocos da FEBRABAN.

Dito isso, meu filho, vamos trabalhar. Os paranaenses estão de olho na sua atuação, até aqui bem fraquinha, muito distante da expectativa.